

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**RENOVA ENERGIA S.A. – Em Recuperação Judicial
e OUTROS**

06 de julho de 2020

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial ("Renova Energia"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.534.605/0001-74, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000, **RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial ("Renovapar")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial ("Renova Comercializadora")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.204.923/0001-68, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial ("Chipley")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial ("Itaparica")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.050.083/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial ("Macambira")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.604/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial ("Tamboril")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.618/0001-95, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial ("Carrancudo")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.119/0001-84, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial ("Ipê Amarelo")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.485/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial ("Cabeça de Frade")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.257/0001-02, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial ("Canjoão")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.454/0001-82, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial ("Conquista")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.972/0001-37, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial ("Coxilha Alta")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.544.421/0001-86, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial ("Botuquara")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.048.083/0001-78, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial ("Jequitiba")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.412/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TINGUI S.A. em recuperação judicial ("Tingui")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.064/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em**

recuperação judicial (“Anísio Teixeira”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.249.997/0001-10, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial (“Imburana de Cabão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.245/0001-39, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial (“Embiruçu”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.139/0001-55, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial (“Lençóis”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.552.917/0001-00, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial (“Caliandra”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.361/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ICO S.A., em recuperação judicial (“Ico”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.841/0001-25, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte; **CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial (“Alcaçuz”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.393/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial (“Putumuju”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.435/0001-62, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial (“Cansanção”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.737.877/0001-62, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial (“Bahia Holding”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.863.676/0001-41, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial (“Bela Vista”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.281.218/0001-90, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.875.208/0001-57, com sede à Rua 7 de setembro, nº 77, parte, Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46490-000; **RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial (“Renova PCH”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.044.208/0001-91, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 450, 23º andar, salas 2301 e 2302, parte 4, Caminho das Árvores, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41820-901; **CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã IV”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.507/0001-65, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã V”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.100/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã VII”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.032/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã XV”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.186/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã XX”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.291/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; e **PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em**

recuperação judicial (“lansã”), sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.103.456/0001-01, com sede à Rua 7 de setembro, 77, Bairro Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46360-000, doravante denominadas em conjunto “**Recuperandas**” ou “**Sociedades Consolidadas**” e, em conjunto com o **ASIII** (conforme termo definido abaixo), “**Grupo Renova**”, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (a “**LFRJ**”) apresentam nos autos do processo de recuperação judicial nº 1103257-54.2019.8.26.0100, o seguinte plano de recuperação judicial (o “**Plano**”).

1. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. Regras de Interpretação

- 1.1.1. **Termos.** Os termos e expressões em negrito e iniciados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no **Plano**, terão os significados que lhes são atribuídos na Cláusula 1.2. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.
- 1.1.2. **Cláusulas e Anexos.** Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados no **Plano** referem-se a cláusulas e anexos do próprio **Plano**.
- 1.1.3. **Títulos.** Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste **Plano** foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.
- 1.1.4. **Interpretação.** Os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da frase: “mas não se limitando a”.
- 1.1.5. **Referências.** As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.
- 1.1.6. **Disposições Legais.** As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.
- 1.1.7. **Prazos.** Todos os prazos previstos neste **Plano** serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do início e incluindo o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste **Plano** (sejam contados em **Dias Úteis** ou não) cujo termo inicial ou final caia em um dia que não seja

um **Dia Útil**, serão automaticamente prorrogados para o **Dia Útil** imediatamente posterior.

- 1.1.8. **Conflito com Contratos Existentes.** Na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição deste **Plano** e as disposições que estabeleçam obrigações para as **Recuperandas** que constem de contratos relacionados a **Créditos Concursais**, o disposto no Plano prevalecerá.
- 1.1.9. **Créditos Extraconcursais.** Nada neste **Plano** deverá ser interpretado ou considerado como causa para a (i) **novação** de **Créditos Extraconcursais**, ou (ii) alteração, modificação, desconstituição ou renúncia dos direitos, privilégios e prerrogativas de quaisquer **Credores Extraconcursais** com relação aos seus respectivos **Créditos Extraconcursais**, incluindo, sem limitação, sobre quaisquer garantias, reconhecimentos e obrigações prestados ou assumidos, conforme o caso, pelas **Recuperandas** e quaisquer terceiros com relação a tais **Créditos Extraconcursais**. Os **Credores Extraconcursais** poderão aderir ao Plano para manifestar a sua concordância com relação às matérias contidas no Plano que possam afetar os seus direitos e obrigações.

1.2. Definições

- 1.2.1. **Administrador Judicial.** É a 'KPMG Corportate Finance Ltda.', CNPJ n. 29.414.117/0001-01, nomeada em 16/11/2019 como administradora judicial deste processo de Recuperação Judicial.
- 1.2.2. **ASIII.** É o grupo de sociedades integrantes do **Grupo Renova** e que integram a Fase A do projeto Alto Sertão III, composto por ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES jS.A. em recuperação judicial ("Alto Sertão") (deve também ser signatária do plano na parte relativa à Fase A do projeto), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.296.360/0001-52, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial ("Diamantina"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.408.723/0001-02, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; CE VAQUETA S.A. em recuperação judicial ("Vaqueta"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.684.356/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE ABIL S.A. em recuperação judicial ("Abil"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.911.031/0001-60, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE ACÁCIA S.A. em recuperação judicial ("Acácia"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.919.425/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE ANGICO S.A. em recuperação judicial ("Angico"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº

18.870.073/0001-08, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE FOLHA DA SERRA S.A. em recuperação judicial ("Folha de Serra"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.910.740/0001-20, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE JABUTICABA S.A. em recuperação judicial ("Jabuticaba"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.194/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A. em recuperação judicial ("Jacarandá do Serrado"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.265/0001-06, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE TABOQUINHA S.A. em recuperação judicial ("Taboquinha"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.116/0001-47, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE TABUA S.A. em recuperação judicial ("Tabua"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.007/0001-20, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE SÃO SALVADOR S.A. em recuperação judicial ("São Salvador"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.197.380/0001-12, com sede à Praça Manoel Joaquim de Azevedo, nº 82, Bairro Centro, Igaporã, Estado da Bahia, CEP 46.490-000; CE PAU D'ÁGUA S.A. em recuperação judicial ("Pau D'Água"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.513/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE MANINEIRO S.A. em recuperação judicial ("Manineiro"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.162/0001-40, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE UMBUZEIRO S.A. em recuperação judicial ("Umbuzeiro"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.273/0001-56, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE CEDRO S.A. em recuperação judicial ("Cedro"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.330.840/0001-15, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; CE VELLOZIA S.A. em recuperação judicial ("Vellozia"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.475/0001-06, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE ANGELIM S.A. em recuperação judicial ("Angelim"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.690/0001-05, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE FACHEIO S.A. em recuperação judicial ("Facheio"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.559.964/0001-30, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE SABIU S.A. em recuperação judicial ("Sabiú"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.305.829/0001-03, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE BARBATIMÃO S.A. em recuperação judicial ("Barbatimão"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº

19.502.908/0001-21, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, CE JUAZEIRO S.A. em recuperação judicial (“Juazeiro”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.341/0001-93, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE JATAÍ S.A. em recuperação judicial (“Jataí”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.347/0001-54, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE IMBURANA MACHO S.A. em recuperação judicial (“Imburana Macho”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.538/0001-22, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; CE AMESCLA S.A. em recuperação judicial (“Amescla”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.635/0001-15, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970;; e CE UNHA D’ANTA S.A. em recuperação judicial (“Unha D’Anta”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.214/0001-88, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970

- 1.2.3. **Assembleia Geral de Credores.** Qualquer Assembleia Geral de Credores realizada nos termos do capítulo II, seção IV, da **LFRJ**.
- 1.2.4. **Banco Emissor.** Significa qualquer uma das seguintes instituições financeiras: Itaú Unibanco S.A., Caixa Econômica federal, Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Safra S.A., Banco Citibank S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.
- 1.2.5. **BNB.** significa o Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 07.237.373/0059-46.
- 1.2.6. **BTG.** significa o Banco BTG Pactual S.A, sociedade anônima de capital aberto inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45.
- 1.2.7. **CDI.** Taxa dos Certificados de Depósito Interbancários, conforme fixada pelo Banco Central do Brasil e pela B3.
- 1.2.8. **Credores CGII.** Significa, individualmente ou coletivamente, as **Partes Relacionadas** Ricardo Lopes Delneri inscrito no CPF/ME sob o número 157.602.498-94 e Renato do Amaral Figueiredo inscrito no CPF/ME sob o número 146.623.258-70 e o CG II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 27.735.592/0001-46.
- 1.2.9. **CEMIG.** Significa, em conjunto, a **Parte Relacionada** Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sociedade por ações, de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, a **Parte Relacionada** CEMIG Geração e

Transmissão S.A. – CEMIG GT, sociedade por ações, de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.176/0001-58, bem como as demais subsidiárias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

- 1.2.10. **CITI.** significa Banco Citibank S.A., sociedade anônima inscrito no CNPJ sob o nº 33.479.023/0001-80.
- 1.2.11. **Código Civil.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
- 1.2.12. **Código de Processo Civil.** Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.
- 1.2.13. **Contrato de Venda e Compra da UPI Brasil PCH:** são os termos e condições definidos como “contrato de venda e compra de ações da Brasil PCH” do ANEXO 1.2.13 ao **Plano** e que será anexo ao **Edital UPI Brasil PCH**.
- 1.2.14. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI ASIII FASE B.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.6.1.
- 1.2.15. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Brasil PCH.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.2.1.
- 1.2.16. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.5.1.
- 1.2.17. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Mina de Ouro.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.3.1.
- 1.2.18. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Projetos em Desenvolvimento.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.4.1.
- 1.2.19. **Condições Precedentes – UPI Brasil PCH.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.2.2.
- 1.2.20. **Condições Precedentes – UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.5.7.
- 1.2.21. **Confissões de Dívida BTG.** São, em conjunto, (i) o “2º Aditamento ao Instrumento Particular de Transação e Confissão de Dívida CD 8/17”, celebrado em 3 de maio de 2019, entre **BTG, Renova Energia, Enerbrás e Espra**, e (ii) o “1º Aditamento ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida CD 14/17”, celebrado em 3 maio de 2019, entre **BTG, Renova, Enerbrás e Espra**.

- 1.2.22. **Créditos Extraconcursais BTG:** são os **Créditos Extraconcursais** detidos pelo **BTG** em função das Confissões de Dívida BTG, integralmente garantidos por, entre outras garantias, as **Garantias Fiduciárias BTG**.
- 1.2.23. **Crédito CITI.** são os **Créditos** detidos pelo **CITI** em função de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Renova Energia, em 23 de julho de 2019, bem como suas respectivas garantias.
- 1.2.24. **Créditos.** Todos os créditos e direitos detidos pelos **Credores** contra as **Recuperandas**.
- 1.2.25. **Créditos Concursais.** Cada um dos **Créditos** e obrigações das Recuperandas existentes na **Data do Pedido**, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, estejam ou não constantes da **Lista de Credores**, tenham ou não participado da **Assembleia Geral de Credores**, e que (i) não estejam excetuados pelo art. 49, §§3º e 4º, e art. 194, ambos da **LFRJ**; e/ou (ii) não terem fato gerador posterior à **Data do Pedido**. Os **Créditos Concursais** se sujeitam aos efeitos da **Recuperação Judicial** e, em razão disso, são passíveis de serem novados pelo **Plano**.
- 1.2.26. **Créditos Extraconcursais.** Cada um dos **Créditos** e obrigações que não se sujeitam aos efeitos da **Recuperação Judicial** e que não são, em razão disso, afetados pelo **Plano**, por força do disposto no art. 49, caput e §§3º e 4º, e art. 194, ambos da **LFRJ**.
- 1.2.27. **Créditos Extraconcursais Aderentes:** são os **Créditos** detidos por **Credores Extraconcursais Aderentes**
- 1.2.28. **Créditos com Garantia Real.** **Créditos Concursais** detidos por **Credores com Garantia Real – Classe II**.
- 1.2.29. **Créditos de Micro e Pequenas Empresas.** **Créditos Concursais** detidos pelos **Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV**.
- 1.2.30. **Créditos Partes Relacionadas.** **Créditos** contra as **Recuperandas**, detidos por **Partes Relacionadas às Recuperandas**.
- 1.2.31. **Créditos Quirografários.** **Créditos Concursais** detidos pelos **Credores Quirografários – Classe III**.
- 1.2.32. **Créditos Trabalhistas.** **Créditos Concursais** detidos pelos **Credores Trabalhistas – Classe I**.

- 1.2.33. **Credores.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos**, estejam ou não relacionadas na **Lista de Credores**.
- 1.2.34. **Credores Concursais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Concursais**.
- 1.2.35. **Credores Essenciais Fundiários.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Quirografários** ou de **Créditos de Micro e Pequenas Empresas** que figurem como arrendatários em contratos de arrendamento imobiliário que sejam considerados pelo **Grupo Renova** como sendo essenciais ao desempenho de suas atividades, especialmente para os projetos em implantação ou em desenvolvimento, cujos contratos sejam mantidos em vigor.
- 1.2.36. **Credores Investidores DIP.** Credor ou **Credores** que realizarem com as **Recuperandas** um **Empréstimo DIP**.
- 1.2.37. **Credores Investidor BPCH.** Credor ou **Credores** que (i) venham a adquirir a **UPI Brasil PCH**, por meio de **Procedimento Competitivo**; ou (ii) venham a financiar 100% (cem por cento) do preço de compra, o investidor ou os investidores que venham a adquirir a **UPI Brasil PCH**, por meio de **Procedimento Competitivo**.
- 1.2.38. **Credores Extraconcursais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Extraconcursais**.
- 1.2.39. **Credores Extraconcursais Aderentes:** Credores Extraconcursais que manifestaram a sua concordância com qualquer disposição do Plano que afete os seus direitos e obrigações.
- 1.2.40. **Credores com Garantia Real ou Credores Classe II, ou Classe II. Credores Concursais** detentores de créditos **com** garantia real, tal como consta dos arts. 41, II, da **LFRJ**, e que compõem a Classe II.
- 1.2.41. **Credores Micro e Pequenas Empresas ou Credores Classe IV, ou Classe IV. Credores Concursais** enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, tal como consta do artigo 41, IV, da **LFRJ**, e que compõem a Classe IV.
- 1.2.42. **Credores Quirografários ou Credores Classe III, ou Classe III. Credores Concursais** detentores de **Créditos Quirografários**, tal como consta dos arts. 41, III, da **LFRJ**, bem como **Credores com Garantia Real** ou **Credores Extraconcursais** cujos **Créditos** não sejam integralmente cobertos pelo valor das respectivas garantias reais ou fiduciárias, até o limite do valor não coberto pela respectiva garantia.

- 1.2.43. **Credores Retardatários. Credores** cujos **Créditos Concursais** somente venham a ser reconhecidos por meio de decisão determinando sua inclusão na **Lista de Credores**, após a **Assembleia de Credores** que deliberar acerca da aprovação deste **Plano**.
- 1.2.44. **Credores Trabalhistas, ou Credores Classe I, ou Classe I. Credores Concursais** detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, I, da **LFRJ**, e que compõem a Classe I.
- 1.2.45. **Credor Fiduciário Ações Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.5.
- 1.2.46. **Data de Homologação.** É a data em que for publicada a decisão judicial pelo **Juízo da Recuperação** que homologa o **Plano** e concede a recuperação judicial, nos termos do artigo 58, caput, e/ou §1º da **LFRJ**.
- 1.2.47. **Data do Pedido.** 16/10/2019, data em que foi protocolado o pedido de recuperação judicial do Grupo **Renova** perante o MM. **Juízo da Recuperação**.
- 1.2.48. **Dia Útil.** Qualquer dia que não seja (i) um sábado, (ii) um domingo, (iii) um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou (iv) um dia em que o Fórum Judicial onde se processa a **Recuperação Judicial** esteja fechado em função de recesso ou feriado forense.
- 1.2.49. **Documentos de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.1.5.
- 1.2.50. **Edital UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.1.3.
- 1.2.51. Empréstimo **DIP.** Qualquer operação de mútuo realizada em benefício das **Recuperandas**, no contexto da **Recuperação Judicial** e após a **Data do Pedido**.
- 1.2.52. **Grupo Renova.** Em conjunto, as **Recuperandas** e as sociedades integrantes do **ASIII**.
- 1.2.53. **Enerbrás.** Significa a Enerbrás Centrais Elétricas S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 04.287.373/0001-46.
- 1.2.54. **Espra.** Significa a Energética Serra da Prata S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 05.982.449/0001-16.

- 1.2.55. **Garantia Fiduciária Ações Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 1.2.56.
- 1.2.56. **Garantias Fiduciárias BTG.** Significa as garantias fiduciárias constituídas em favor do **BTG** como garantia das obrigações decorrentes das **Confissões de Dívida BTG**, quais sejam: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão, presentes e futuras, da **Enerbrás** ("**Garantia Fiduciária Ações Enerbrás**"), bem como dos direitos creditórios relacionados a tais ações, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", celebrado em 3 de maio de maio de 2019 entre **Renova Energia, Enerbrás, Espra e BTG** ("**Instrumento AF Enerbrás**"), e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 3 de maio de 2019, entre **Renova Energia, Renovapar e BTG**.
- 1.2.57. **Homologação Judicial do Plano.** A decisão judicial, proferida pelo **Juízo da Recuperação** ou pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro que seja competente, que concede a recuperação judicial às **Recuperandas**, nos termos do art. 58, caput, ou do art. 58, §1º, da **LFRJ**. Para todos os efeitos deste **Plano**, considera-se que a **Homologação Judicial do Plano** ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), da decisão judicial que conceder a recuperação judicial às **Recuperandas**.
- 1.2.58. **IPCA.** É o Índice de Preços ao Consumidor, coletado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seu site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>.
- 1.2.59. **Instrumento AF Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 1.2.56.
- 1.2.60. **Juízo da Recuperação.** É o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo – SP.
- 1.2.61. **LFRJ.** Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.
- 1.2.62. **Lista de Credores.** É a lista de credores apresentada pelas **Recuperandas** anexa à petição inicial do pedido de recuperação judicial, respeitadas e observadas as modificações supervenientes, quanto ao valor, classificação e natureza dos **Créditos**, pelo **Administrador Judicial** ou por decisão proferida pelo **Juízo da Recuperação**.

- 1.2.63. **Notificação de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.1.5.
- 1.2.64. **Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbras.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.5.1(b).
- 1.2.65. **Parte Relacionada.** É a pessoa física ou jurídica que possui créditos contra as **Recuperandas** e que, ao mesmo tempo, detém participação societária de forma direta ou indireta em qualquer das **Recuperandas**, nos termos exclusivamente indicados na **Lista de Credores**, conforme apontamentos do **Administrador Judicial**;
- 1.2.66. **Petição de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.1.5.
- 1.2.67. **Plano.** Este plano de recuperação ajustado, incluindo todos os seus anexos.
- 1.2.68. **Preço de Aquisição – UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.5.1(a).
- 1.2.69. **Procedimento Competitivo.** Procedimento competitivo de alienação de bens (na forma ou não de **UPI**), realizado em qualquer das modalidades referidas nos arts. 60, 142da **LFRJ**.
- 1.2.70. **Proponente.** Pessoa física ou jurídica que se habilite para apresentar proposta de aquisição de bem no âmbito de **Procedimento Competitivo**.
- 1.2.71. **Propostas Fechadas.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.1.3
- 1.2.72. **Proposta Vencedora UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.1.11.
- 1.2.73. **Recuperação Judicial.** Este processo de recuperação judicial do **Grupo Renova**, autuado sob o n. 1103257-54.2019.8.26.0100, em trâmite perante o **Juízo da Recuperação**.
- 1.2.74. **Recursos Líquidos.** Receitas obtidas através de alienação de quaisquer ativos via **Procedimento Competitivo**, líquidas de todas as despesas, incluindo assessores legais, financeiros e de fusões e aquisições. relacionadas ao processo de alienação, impostos incorridos pelas **Recuperandas** decorrentes da transação.
- 1.2.75. **Requisitos de Qualificação – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.1.6.

1.2.76. **Sociedades Projeto Alto Sertão III Fase B:** é o grupo de sociedades integrantes do **Grupo Renova** e que integram a Fase B do projeto Alto Sertão III, composto por (i) Macambira; (ii) Tamboril; (iii) Carrancudo; (iv) Ipê Amarelo; (v) Cabeça de Frade; (vi) Canjoão; (vii) Conquista; (viii) Coxilha Alta; (ix) Botuquara; (x) Jequitiba; (xi) Tingui; (xii) Anísio Teixeira; (xiii) Imburana de Cabão; (xiv) Embiruçu; (xv) Lençóis; (xvi) Calianandra; (xvii) Ico; (xviii) Alcaçuz; (xix) Putumaju; e (xx) Cansanção.

1.2.77. **SPE.** Significa uma sociedade de propósito específico.

1.2.78. **TR.** É a taxa de juros de referência, conforme calculada pelo Banco Central do Brasil, normatizada pela Resolução CMN 3.354, de 2006, alterada pela Resolução CMN 3.446, de 2007, e pela Resolução CMN 3.530, de 2008.

1.2.79. **TLP.** Taxa de Juros de Longo Prazo instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

1.2.80. **UPI.** Significa cada uma das unidades produtivas isoladas das **Recuperandas**, nos termos do art. 60 da LFRJ, composta por bens e/ou direitos, cuja alienação, em **Procedimento Competitivo**, estará livre de quaisquer ônus e sem sucessão do adquirente nas obrigações da Renova, incluindo, sem limitação, nas de natureza tributária, trabalhista, ambiental e decorrentes da legislação anticorrupção, e que poderá se dar diretamente ou por meio de suas respectivas estruturas societárias, ou mediante a constituição de SPE, fundo de investimento imobiliário, fundo de participação ou qualquer outra estrutura que as **Recuperandas** entendam mais adequada para o atendimento de sua finalidade específica.

1.2.81. **UPI ASIII FASE B.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.6

1.2.82. **UPI Brasil PCH.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.2.

1.2.83. **UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.5.

1.2.84. **UPI Mina de Ouro.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 10.3.

1.2.85. **UPIs Projetos em Desenvolvimento.** Têm a definição que lhes é atribuída pela Cláusula 10.4.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. Histórico

- 2.1.1. Com mais de 18 (dezoito) anos de existência, o **Grupo Renova** foi uma das primeiras empresas a apostar na atividade de geração de energia elétrica renovável no Brasil, sendo hoje um dos principais grupos empresariais brasileiros dedicados à produção e à comercialização de energia renovável, advinda de matrizes eólicas, solares e hidráulicas. O **Grupo Renova** é composto por 61 (sessenta e uma) sociedades empresárias, em sua maioria dedicadas à produção de energia elétrica derivada de matrizes eólicas.
- 2.1.2. Apesar de a maioria da energia elétrica mundial ainda ser proveniente de fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural, a geração de energia renovável vem crescendo exponencialmente no mundo todo, sendo o Brasil um personagem importantíssimo nessa dinâmica. Hoje, a energia elétrica proveniente de fontes renováveis representa cerca de 24% do total de energia consumida no mundo, enquanto no Brasil esse percentual sobe para impressionantes 82%¹. A matriz energética brasileira é, portanto, muito mais sustentável do que a matriz energética mundial.
- 2.1.3. Sob esse prisma, o Brasil é destaque mundial quando o assunto é produção de energia renovável e redução de impactos ambientais². Tal fato se deve em grande medida às atividades pioneiras do **Grupo Renova**, um dos mais representativos do segmento na América Latina. Tanto é assim que, desde 2010, a Renova Energia S.A. tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sendo a primeira empresa do setor a abrir capital.

2.2. Estrutura societária e operacional.

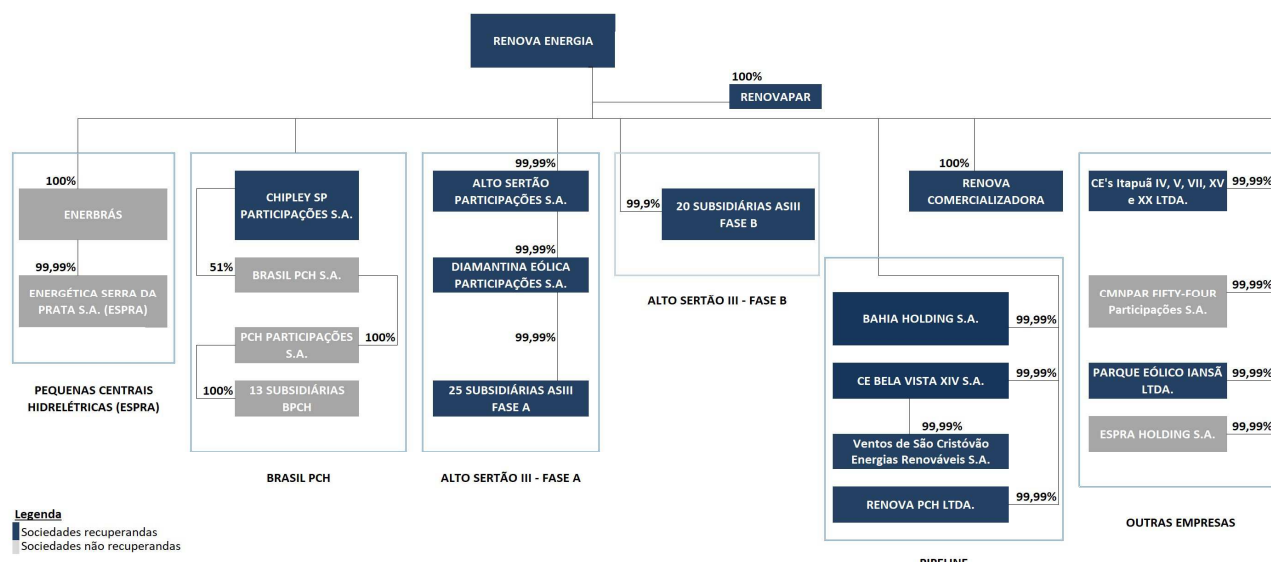
- 2.2.1. O **Grupo Renova** hoje exerce atividades de geração de energia elétrica por meio de pequenas centrais hidroelétricas (“PCHs”)³ e usinas eólicas (“EOLs”), via regime de autorização por parte do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (art. 25, Lei 9.427/1996). Atualmente, o Grupo opera com 62 (sessenta e duas) outorgas de autorizações para a geração de energia

¹ Fonte: <http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>, ano-base 2016.

² <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2018/03/brasil-renovavel-pais-e-destaque-mundial-em-respeito-ao-meio-ambiente>

³ As Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) são centrais geradoras de energia elétrica de matrizes hidráulicas que possuem reservatórios de até três quilômetros quadrados, e com potência instalada entre 1 MW e 30 MW. Como característica marcantes destas geradoras estão: (i) a produção de impactos ambientais significativamente baixos, pois não há a necessidade de alagamento de grandes áreas, o que preserva a fauna local, além de não haver a emissão de gases poluentes; e (ii) a capacidade de construção com menor vazão, que proporciona a descentralização da geração de eletricidade no Brasil. (Fonte: <https://abrapch.org.br/2014/03/17/o-que-sao-pchs-e-cghs/>)

elétrica perante a ANEEL, das quais 16 (dezesseis) referem-se a PCHs e 46 (quarenta e seis) a usinas eólicas. O organograma simplificado das empresas reflete a forma coordenada de atuação das empresas do grupo:



2.2.2. A receita do **Grupo Renova** será exclusivamente derivada de quatro grandes grupos de projetos: dois que já são operacionais – ENERBRAS (via ESPRA) e CHIPLEY (via Brasil PCH) – e, quando desenvolvidos e implementados, também o ASIII e demais projetos em desenvolvimento (*Pipeline*).

2.2.3. O complexo Alto Sertão III, um dos principais projetos do **Grupo Renova** relativo à geração de energia elétrica de matrizes eólicas, subdivide-se nas fases A e B: a fase A (desenvolvida pelas sociedades componentes do ASIII) com 25 (vinte e cinco) EOLs em implantação e a fase B com 20 (vinte) EOLs em desenvolvimento avançado, todas organizadas na forma de Sociedades de Propósito Específico – SPEs. Quando finalizado, o ASIII prevê a geração de aproximadamente 400MW, ou seja, capacidade suficiente para abastecimento de energia a 420 mil casas durante um ano⁴.

2.2.4. A comercialização de energia elétrica do **Grupo Renova**, por sua vez, é feita por intermédio da sua subsidiária Renova Comercializadora, a qual está autorizada perante a ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica por

⁴ O projeto, conforme noticiado pela Mídia, é altamente rentável. Tanto é assim que a AES Tietê, há cerca de um ano, chegou a formalizar proposta de aquisição do projeto em seu atual estágio pelo valor de R\$ 1,6 bilhão de real. Nesse sentido: <https://www.valor.com.br/empresas/6012991/aes-tiete-oferece-r-16-bi-por-parque-eolico-da-renova>.

meio do Despacho nº 537/2013, e que compõe os quadros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

- 2.2.5. O **Grupo Renova** participa de leilões de energia de reserva (“LERs”) no âmbito da CCEE, que resultam na realização de Contratos de Energia de Reserva (“CERs”)⁵, em Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”)⁶.
- 2.2.6. Além disso, o **Grupo Renova** também produz e comercializa energia renovável por meio de PPAs⁷, de maneira independente, em Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)⁸.
- 2.2.7. Hoje, o **Grupo Renova** gera por meio de suas atividades mais de 1000 empregos diretos e indiretos.

2.3. Razões da crise.

- 2.3.1. Um dos mais importantes projetos do **Grupo Renova** atualmente é o denominado **ASIII**, que envolve a geração de energia elétrica renovável de matrizes eólicas no interior do Estado da Bahia. O projeto foi originalmente dividido em três diferentes complexos eólicos (denominados Alto Sertão I, II e III), sendo que os dois primeiros complexos (Alto Sertão I e II) já foram vendidos.
- 2.3.2. Os esforços do **Grupo Renova** estão hoje focados em seu principal projeto, o **ASIII**, onde estão as EOLs que, quando operacionais, estarão dedicadas ao atendimento dos PPAs vigentes da Companhia no ACR (LER13, LER14) e ACL (Light I e Cemig I).
- 2.3.3. Ocorre que, por diversas dificuldades de caixa enfrentadas pelo **Grupo Renova**, e mesmo diante de sucessivos aportes e adiantamentos dos contratos de energia realizados por acionistas, ainda não foi possível concluir o **ASIII**, que se

⁵ A Energia de Reserva é aquela destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN), e é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, através de CERs. A Energia de Reserva atua de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). (Fonte: https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/energia_reserva?).

⁶ O ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-regulada-acr->)

⁷ Sigla de *Power Purchase Agreement*, nomenclatura usualmente utilizada ao redor do mundo para fazer referência a contratos de comercialização de energia elétrica renovável a longo prazo entre um desenvolvedor de energia elétrica renovável e um consumidor.

⁸ O ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-livre-acl->)

encontra, atualmente, 85% concluído, especialmente porque os recursos originalmente destinados à finalização do projeto acabaram sendo consumidos em grande maioria pelos juros e amortizações das dívidas.

- 2.3.4. Nada obstante, diante da estimativa de capacidade de geração do **ASIII**, após concluído, e para viabilizar a obtenção de contratos de financiamento, o **Grupo Renova** havia celebrado PPAs que se mostravam adequados para a sua capacidade geradora.
- 2.3.5. Como consequência do atraso na conclusão do **ASIII**, as SPEs que compõem o referido projeto têm sido obrigadas a cumprir suas obrigações de fornecimento de energia elétrica por meio da compra no mercado *spot*⁹, honrando assim os compromissos assumidos em tais PPAs. Tal necessidade de compra de energia no mercado *spot* contribuiu definitivamente para o endividamento do **Grupo Renova**, ressaltando-se que, apenas no ano de 2018, a despesa com tal compra de energia somou R\$ 815 milhões de reais.
- 2.3.6. Tanto para propiciar a aquisição de energia no mercado *spot* quanto para financiar as tentativas de prosseguimento do **ASIII**, o **Grupo Renova** vinha se socorrendo de captação de recursos por meio de seus próprios acionistas, via antecipação de recursos futuros provenientes de tais PPAs do Mercado Livre. No entanto, apesar de ser o único meio de captação disponível por falta de capacidade de alavancagem e de obtenção de crédito junto ao mercado financeiro, o nível de recursos exigido tem sido proibitivamente alto, o que impede que o **Grupo Renova** e seus acionistas sigam adotando tal modalidade de financiamento.
- 2.3.7. Além disso, em 2018, o preço de venda da energia elétrica renovável de matriz eólica – principal ativo produzido pelo **Grupo Renova** – atingiu o seu menor patamar no Brasil¹⁰. Trata-se, aliás, de tendência mundial, capitaneada também por México, Índia, Marrocos, Estados Unidos da América e Canadá, e que representa um desafio adicional para todos os *players* do mercado de energia renovável.
- 2.3.8. Outra dificuldade enfrentada pelo **Grupo Renova** diz respeito a tentativas frustradas de alienação de seus ativos relevantes. Como é de conhecimento

⁹ O termo “spot” é comumente utilizado para designar mercados de *commodities*, títulos ou câmbio onde as operações são realizadas à vista e as mercadorias são transferidas de forma imediata, em oposição a mercados nos quais as operações são feitas para pagamento ou liquidação futuras. (Fonte: <https://maisretorno.com/blog/termos/m/mercado-spot>)

¹⁰ Dados obtidos a partir da *Global Wind Energy Council* por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://gwec.net/what-forces-are-shaping-brazils-wind-power-sector/>

público¹¹, o **Grupo Renova** vem há mais de um ano tentando negociar a venda de alguns de seus projetos mais relevantes, como as Fases A e B do projeto Alto Sertão III, tudo na tentativa de redimensionar suas operações e obter caixa que permita a reestruturação de seu capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável. No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, as negociações não vêm sendo bem-sucedidas.

- 2.3.9. O endividamento do **Grupo Renova**, sujeito à **Recuperação Judicial** soma cerca de R\$ 2,5 bilhões totais, sendo R\$ 11,7 milhões no âmbito trabalhista e R\$ 2,5 bilhões para bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequena empresas. Deste total, R\$ 406 milhões correspondem a débitos *intercompany*, e expressivos R\$ 552 milhões a débitos com seus atuais acionistas. Cumpre esclarecer também que o endividamento extraconcursal do **Grupo Renova** é bastante significativo, aproximando-se de R\$ 614 milhões, dos quais R\$ 434 milhões com seus atuais acionistas e R\$ 35 milhões no âmbito fiscal.

3. ATIVOS.

- 3.1. O **Grupo Renova**, por meio de suas participações e subsidiárias, atua em três dos principais ramos da geração de energia: hidrelétrica, eólica e solar.
- 3.2. Por meio do projeto ESPRA, o **Grupo Renova** possui três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) operantes desde 2008 e que formam o Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, no extremo sul da Bahia. As três PCHs geram 41,8 MW . Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.

¹¹ <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,tres-grupos-disputam-complexo-eolico-da-renova-avaliado-em-r-700-milhoes,70002587980>



- 3.3. O projeto Brasil PCH, empresa da qual o **Grupo Renova** detém 51% de participação, tem 13 PCHs (localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Minas Gerais) que, em conjunto, geram uma energia de 291,0 MW e 194 MW médios de energia assegurada. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.



- 3.4. O **ASIII**, objeto de plano de recuperação judicial apartado, conforme explicado no Capítulo 4 abaixo, atualmente em implantação e aproximadamente 85% concluído, apresentará 26 parques eólicos (155 turbinas) e 1 parque solar (19.200 PV Painéis Solares), localizados no Estado da Bahia, com capacidades de geração de 432,6 MW e 4,8 MWp,

respectivamente. São 159 MW negociado no 05º LER de 2013, 43,2 MW negociado no 06º LER de 2014 e 231,3 MW negociados no Mercado Livre.



- 3.5. Além dos ativos acima, o **Grupo Renova** é pioneiro no desenvolvimento de projetos inovadores de energia renovável, principalmente eólica. Possui atualmente vários projetos em desenvolvimento (*pipeline*) com localização estratégica. O *pipeline* do **Grupo Renova** é composto por 17 (dezessete) projetos que totalizam 6.494,4 MW além do da fase B do projeto Alto Sertão III, com 408,0 MW, totalizando 6.902,0 MW em desenvolvimento. Dos projetos, destacam-se os projetos Mina de Ouro e o Alto Sertão III Fase B, que estão em estágio avançado de desenvolvimento.

| PROJETO | | | AEROGERADOR | | PROJETO | POTÊNCIA * |
|---------|------------------------|-------|------------------|-------|---------|------------|
| ID | Nome | UF | Marca / Modelo | Qtde | UF | MW |
| 01 | ARPOTI | PE/PB | Vestas 150-4.2MW | 135 | PE/PB | 567,0 |
| 02 | BARRA | BA | GE 158-4.8MW | 136 | BA | 816,0 |
| 03 | BELAMADRE | PE | Vestas 150-4.2MW | 53 | PE | 222,6 |
| 04 | BETANIA | PE/PI | GE 158-4.8MW | 94 | PE/PI | 451,2 |
| 05 | CACIMBAS | PB | GE 158-4.8MW | 69 | PB | 331,2 |
| 06 | CHAPECARI | RN | Vestas 150-4.2MW | 88 | RN | 369,6 |
| 07 | CROARANGA | CE | GE 158-4.8MW | 64 | CE | 307,2 |
| 08 | FACHEIRO II | RN | GE 158-4.8MW | 115 | RN | 552,0 |
| 09 | FACHEIRO III | RN | GE 158-4.8MW | 53 | RN | 254,4 |
| 10 | GRAUNA | BA | GE 158-4.8MW | 138 | BA | 662,4 |
| 11 | LABOCÓ | RN | GE 158-4.8MW | 19 | RN | 91,2 |
| 12 | MINA DE OURO EXPANSÃO | BA | GE 158-4.8MW | 42 | BA | 201,6 |
| 13 | MINA DE OURO FASE B | BA | GE 158-4.8MW | 85 | BA | 408,0 |
| 14 | MINA DE OURO PORTFÓLIO | BA | GE 158-4.8MW | 75 | BA | 273,6 |
| 15 | MULATO | BA | Vestas 150-4.2MW | 100 | BA | 420,0 |
| 16 | SANTAPE II | RN/PB | GE 158-4.8MW | 45 | RN/PB | 216,0 |
| 17 | SANTAPE IV | RN/PB | GE 158-4.8MW | 62 | RN/PB | 297,6 |
| 18 | TUPAMAMA | PE | GE 158-4.8MW | 96 | PE | 460,8 |
| Total | | | | 1.469 | | 6.902,4 |

*Potência certificação AWS Mar/19 com atualização das potências dos Projetos 02 & 14 segundo estimativas da companhia

4. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL DAS SOCIEDADES QUE COMPÕEM O GRUPO RENOVA. APRESENTAÇÃO DE DOIS PLANOS

- 4.1. Diante da intrincada interligação financeira e operacional entre as sociedades que compõem o grupo econômico, a reestruturação das **Recuperandas** ocorrerá mediante a consolidação substancial entre elas.
- 4.2. A consolidação substancial entre as **Recuperandas**, além de representar benefício jurídico aos **Credores Concursais** (na medida em que todas as **Recuperandas** passam a ser solidariamente responsáveis por todos os pagamentos), se apresenta como requisito indispensável para a preservação das atividades do **Grupo Renova**, com todos os benefícios sociais e econômicos que advirão desta preservação.
- 4.3. Ocorre que, nos autos da **Recuperação Judicial**, o credor BNDES se insurgiu contra a consolidação substancial de todo o Grupo Renova, pugnando pela segregação das sociedades do **ASIII** que se consubstanciaram em *project finance* com contrato de financiamento específico com o BNDES. Ao decidir a matéria, o **Juízo da Recuperação** entendeu que deveria prevalecer a “justa expectativa” do BNDES, em razão da sua percepção quanto à autonomia e independência de certas sociedades do **ASIII** perante as demais sociedades do **Grupo Renova**.
- 4.4. Diante disso, o **Grupo Renova** requereu ao **Juízo da Recuperação** a apresentação de dois planos distintos: um para as 26 (vinte e seis empresas que compõem o **ASIII** e outro para as demais empresas do Grupo Renova, e a consequente realização das duas Assembleias Gerais de Credores para sua respectiva deliberação. Tal matéria pendente ainda de decisão pelo **Juízo da Recuperação**, mas em atenção ao princípio da transparência, boa-fé e economia processual¹² o Grupo Renova já se antecipa e apresenta nos autos esses dois planos segregados.
- 4.5. Portanto, as sociedades que compõem o **ASIII** e que foram objeto do contrato de financiamento com o BNDES são excluídas deste **Plano** e desta consolidação substancial, de modo que as sociedades que compõem o **ASIII** terão suas obrigações reestruturadas por meio de plano de recuperação judicial separado.

¹² Caso contrário, o Grupo Renova teria que realizar 61 (sessenta e uma) diferentes AGCs no âmbito particular de cada uma das sociedades, incluindo SPEs que não são dotadas de praticamente nenhum grau de autonomia jurídica. A realização de tais 61 (sessenta e uma) AGCs, além de ferir de morte o princípio da economia processual, geraria custo e aumentaria imensamente o trabalho da Administradora Judicial, criando graves distorções na decisão dos credores em relação ao destino dos projetos

5. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

- 5.1. **Objetivo do Plano de Recuperação Judicial.** Este **Plano**, conjuntamente com o plano de recuperação judicial próprio das sociedades que compõem o **ASIII**, tem o objetivo de permitir ao **Grupo Renova** superar sua crise econômico-financeira, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos **Credores**, retomando fontes de recursos e formas viáveis de pagamento de seus **Créditos**.
- 5.2. **Síntese das Medidas de Recuperação.** O **Plano** prevê que as **Recuperandas** poderão utilizar os seguintes meios de recuperação: (i) reestruturação de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento dos **Créditos Concursais**; (ii) reorganização societária e de ativos das **Recuperandas**, inclusive com eventual aumento de capital social ou alienação de ativos ou de **UPIs** via **Procedimento Competitivo**; e (iii) outras medidas previstas no artigo 50 da **LFRJ** que sejam previstas no **Plano** e que venham a ser aprovadas pela **Assembleia de Credores**.
- 5.3. **Viabilidade Econômica do Plano.** A viabilidade econômico-financeira do **Plano** foi atestada pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda., conforme laudo apresentado em 17 de dezembro de 2019 e acostado às fls. 10.750/10.972 dos autos da **Recuperação Judicial** e que constitui parte integrante deste **Plano**, considerando que as condições econômicas do presente **Plano** não diferem das apresentadas no plano anterior.
- 5.4. **Observância da Capacidade de Pagamento.** O pagamento dos **Créditos** pela forma estabelecida no **Plano** observa a geração de caixa oriunda das operações das **Recuperandas**, bem como da alienação de ativos, e está em consonância com a sua capacidade de pagamento.

6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DE ATIVOS

- 6.1. Com o objetivo de permitir uma adequada implementação das medidas operacionais e financeiras previstas neste **Plano**, sobretudo com relação às propostas de pagamento, no melhor interesse dos **Credores**, as **Recuperandas** poderão adotar medidas de reorganização societária e de ativos, estando autorizadas, desde já, a (i) realizar operações de reorganização societária, dentre elas, fusão, cisão, aquisição, encerramento de filiais, incorporação, incorporação de ações e/ou ativos, ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo as **Recuperandas**, desde que observadas todas as disposições legais aplicáveis e desde que tais operações não impliquem quaisquer violações de direitos e prerrogativas, contratuais ou legais, para os **Credores**; e (ii) adquirir novos ativos ou estabelecer parcerias estratégicas.

- 6.2. As sociedades Chipley SP Participações S.A., e Bahia Holding S.A., poderão ser incorporadas à Renova Energia com o objetivo de simplificar a atual estrutura do **Grupo Renova**, permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal, respeitadas em qualquer caso as disposições constantes dos instrumentos de garantia real ou fiduciária que estiverem vigentes em relação a cada uma destas sociedades.
- 6.3. As incorporações e/ou consolidações mencionadas nos itens anteriores deverão ser precedidas de todas as autorizações regulatórias e legais que eventualmente se façam necessárias.

7. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

- 7.1. **Âmbito de aplicação do Plano.** O **Plano** se aplica a todos os **Créditos Concursais**, independentemente da classe de credores em que os **Créditos Concursais** se enquadrem, e governa todas as relações entre as **Recuperandas** e os **Credores Concursais**, substituindo todos os contratos e outros instrumentos que deram origem ou que regem os **Créditos Concursais**.
- 7.2. **Reestruturação dos Créditos Concursais.** O **Plano**, observado o disposto no art. 61 da Lei de Recuperação de Empresas, assim que homologado, implica em imediata novação de todos os **Créditos Concursais**, que serão pagos pelas **Recuperandas** exclusivamente nos prazos e formas estabelecidos no **Plano**. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, juros de mora, bem como quaisquer outras obrigações que sejam incompatíveis com as condições deste **Plano**, deixam de ser aplicáveis com relação aos **Créditos Concursais**
- 7.3. **Classificação dos Créditos Concursais.** Os **Credores Concursais** estão divididos, nos termos do art. 41 da **LFRJ**, entre as classes de credores indicadas a seguir. O pagamento dos **Credores Concursais** em cada classe de credores seguirá o disposto neste **Plano**.
- 7.3.1. **Forma de Pagamento.** Os valores devidos aos **Credores Concursais** nos termos deste **Plano** serão pagos por meio da transferência direta de recursos, mediante documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou outro meio equivalente, à conta bancária do respectivo **Credor** que consta atualmente dos registros internos das **Recuperandas**. Caso as **Recuperandas** não possuam tais dados bancários ou caso o **Credor** precise atualizá-los, ou caso queira receber os pagamentos previstos neste **Plano** em conta bancária de terceiros, o **Credor** deverá enviar tais dados exclusivamente por e-mail às **Recuperandas**, em até 30 (trinta) dias contados da **Data de Homologação**, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 18.11. Os eventuais pagamentos que não forem realizados ou que forem realizados de forma incorreta ou tardia em razão da falta de informação dos dados referentes às contas bancárias pelos **Credores** no prazo e na forma

prevista nesta Cláusula não serão considerados descumprimento ao **Plano**, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio das quantias aqui previstas.

- 7.4. **Duplicidade nas listas de credores das Recuperandas e do ASIII.** Na hipótese de um mesmo **Credor** figurar na **Lista de Credores** das **Recuperandas** e na **Lista de Credores** do **ASIII** em razão de créditos simultâneos decorrentes de dívida principal e de coobrigação (solidária ou não), incluindo a prestação de avais, fianças e/ou garantias reais ou pessoais de qualquer natureza, tal **Credor** deverá receber seus **Créditos Concursais** exclusivamente nos termos do plano de recuperação judicial de seu devedor principal, fazendo jus ao recebimento de pagamentos por parte de seu credor coobrigado apenas na hipótese de inadimplemento por parte de seu devedor principal. Em nenhuma hipótese, qualquer **Credor** receberá, simultaneamente, os pagamentos devidos pelo presente **Plano** e pelo plano de recuperação judicial do **ASIII**.
- 7.5. **Início dos prazos para pagamento.** Salvo se houver disposição legal ou previsão contrária no **Plano**, os prazos previstos para pagamento dos **Créditos Concursais**, bem como eventuais períodos de carência previstos no **Plano**, somente terão início a partir da **Data de Homologação**.
- 7.6. **Data do pagamento.** Os pagamentos dos **Créditos Concursais** serão realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos previstos no **Plano**. Salvo se houver previsão em contrário no **Plano**, os pagamentos devidos em um determinado mês deverão se realizar até o último dia útil do referido mês. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação previstos no **Plano** cair em um dia que não seja um **Dia Útil**, sua data de vencimento será prorrogada para o **Dia Útil** seguinte.
- 7.7. **Compensação.** Os pagamentos devidos aos **Credores Concursais** em função do **Plano**, quando se tornarem exigíveis, poderão ser compensados com outros créditos eventualmente devidos às **Recuperandas** pelo respectivo **Credor Concursal**, devendo tal compensação respeitar os demais requisitos legais para tanto.
- 7.8. **Antecipação de pagamentos.** Além das hipóteses específicas previstas no **Plano**, as **Recuperandas** poderão antecipar o pagamento de quaisquer **Créditos Concursais**, com abatimento proporcional dos juros e encargos incidentes nos termos do **Plano**, desde que tais antecipações de pagamento sejam oferecidas em igualdade de condições a todos os **Credores Concursais** pertencentes à classe de credores cujo pagamento se pretende antecipar.
- 7.9. **Ausência do quadro geral de credores.** Considerando que ainda não foi consolidado o quadro geral de credores, os **Créditos Concursais** que sejam reconhecidos ou tornados líquidos por decisão judicial ou arbitral posterior à **Data do Pedido** ou à **Data de Homologação** serão pagos exclusivamente nos termos do **Plano**. Sem prejuízo de as **Recuperandas** envidarem seus melhores esforços para habilitação de tais créditos, caberá aos **Credores Concursais** tomar todas as medidas necessárias para a devida inclusão do

seu **Crédito Concursal** na **Lista de Credores**, conforme previsto na **LFRJ**. Os pagamentos que não forem realizados ou forem realizados tardiamente em razão de os **Credores** não terem realizado a inclusão do seu **Crédito Concursal** na **Lista de Credores** não serão considerados como descumprimento do **Plano**, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio.

- 7.10. **Alterações da Lista de Credores até a consolidação do quadro geral de credores.** As alterações da **Lista de Credores** que resultem na inclusão, majoração ou reclassificação de **Créditos Concurais**, inclusive decorrentes do julgamento de processos judiciais ou arbitrais em curso, serão regidas pelas disposições constantes das Cláusulas abaixo.

- 7.10.1. **Inclusão, Majoração ou Liquidação de novos Créditos Concurais.** Na hipótese de inclusão, majoração ou liquidação de novos **Créditos Concurais**, constantes ou não da **Lista de Credores**, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de acordo entre as partes homologado judicialmente, estes serão pagos na forma prevista no **Plano**. Os prazos de carência e pagamento dos **Créditos Concurais** que vierem a ser incluídos ou majorados começarão a contar a partir da data em que forem reconhecidos pelo **Juízo da Recuperação** e incluídos na **Lista de Credores**, ou, se a **Recuperação Judicial** já estiver encerrada, a partir do momento em que se tornarem líquidos, e seus titulares não terão direito aos pagamentos que já tiverem sido realizados em data anterior.
- 7.10.2. **Reclassificação de Créditos Concurais.** Na hipótese da reclassificação, total ou parcial, de **Créditos Concurais** constantes da **Lista de Credores** após o início dos pagamentos previstos no **Plano**, inclusive no âmbito de impugnação de crédito, o **Credor** cujo **Crédito Concursal** tenha sido reclassificado não fará jus aos pagamentos e às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior à sua reclassificação, e continuará a receber o saldo do seu **Crédito Concursal** na forma prevista pelo **Plano** para a classe de credores à qual foi reclassificado.
- 7.10.3. **Alterações na Lista de Credores.** Na hipótese de reclassificação, majoração ou inclusão de novos **Créditos Concurais** que ocasionem a alteração substancial do valor total dos **Créditos** de qualquer das classes de credores constantes da **Lista de Credores**, cada **Credor** integrante da respectiva classe de credores passará a fazer jus a um percentual do valor total a ser pago ou distribuído, conforme o caso, entre os **Credores Concurais** da mesma classe de credores, os quais terão seus percentuais de pagamento ou distribuição, conforme o caso, ajustados para comportar o pagamento ou distribuição, conforme o caso, proporcional do novo **Crédito Concursal**.

8. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

8.1. O pagamento dos **Créditos Concursais** será realizado a partir da **Data de Homologação**, com base na **Lista de Credores**, a ser ajustada conforme houver julgamento de impugnações ou habilitações de crédito pelo **Juízo da Recuperação**, e será realizado na forma das Cláusulas abaixo.

8.2. Credores Trabalhistas – Classe I:

8.2.1. O pagamento dos **Créditos Trabalhistas** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.2.1.1. As **Recuperandas** pagarão em até 30 (trinta) dias da **Data de Homologação** os **Créditos** de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à **Data do Pedido**, limitado ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos, conforme previsto no artigo 54, parágrafo único, da **LFRJ**.

8.2.1.2. O pagamento integral dos **Créditos Trabalhistas**, deduzido o pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.1 acima, será realizado em até 12 (doze) meses contados da **Data de Homologação**.

8.2.1.3. **Pagamento inicial.** O montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será pago a cada **Credor Trabalhista**, limitado ao valor do respectivo **Crédito**, deduzido o pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.1 acima, em parcela única, em até 60 (sessenta) dias a contar da **Data de Homologação**.

8.2.1.3.1. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução, do **Crédito Trabalhista** original, do pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.1 acima, e do pagamento inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.3 acima, e será pago em até 12 (doze) meses contados da **Data de Homologação**, reajustado pela variação do IPCA desde a **Data de Homologação**.

8.3. Credores com Garantia Real – Classe II:

8.3.1. O pagamento dos **Créditos com Garantia Real** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.3.1.1. **Juros e Correção Monetária:**

8.3.1.1.1. **Carência de Juros:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.

8.3.1.1.2. **Correção Monetária: IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme divulgação pelo IBGE em seu site, na **Data de Homologação**, que será fixada até a quitação dos **Credores Classe II**.

8.3.1.1.3. **Pagamentos durante a Carência de Juros:** a cada 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, sendo que, até o término do período da carência de juros, serão realizados pagamentos uniformes de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos entre os **Credores Classe II** pro-rata conforme seus respectivos **Créditos**.

8.3.1.1.4. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas semestrais após o término do período de carência de juros.

8.3.1.2. **Principal:**

8.3.1.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.3.1.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada seis meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

| | 1ª parcela semestral | 2ª parcela semestral |
|--------|---------------------------------|---------------------------------|
| Ano 3 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 4 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 5 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 6 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 7 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 8 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 9 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 10 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 11 | 2,25% | 2,25% |
| Ano 12 | 9,85% | 9,85% |

| | | |
|--------|-------|-------|
| Ano 13 | 9,85% | 9,85% |
| Ano 14 | 9,85% | 9,85% |

8.4. Credores Quirografários – Classe III:

8.4.1. O pagamento dos **Créditos Quirografários** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.4.1.1. **Pagamento inicial 1.** O montante de até R\$ 1.000,00 (mil reais) será pago integralmente, a cada **Credor Quirografário**, limitado ao valor do respectivo **Crédito Quirografário**, em até 90 (noventa) dias a contar da **Data de Homologação**, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.2. **Pagamento inicial 2.** O montante de até R\$ 1.000,00 (mil reais) será pago integralmente, a cada **Credor Quirografário**, limitado ao valor do respectivo **Crédito Quirografário** após o pagamento inicial descrito na Cláusula 8.4.1.1 acima, em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da **Data de Homologação**, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.3. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução, do **Crédito Quirografário** original, dos dois pagamentos iniciais já realizados nos termos das Cláusulas 8.4.1.1 e 8.4.1.2 acima, e será pago nos seguintes termos:

8.4.1.3.1. Juros e Correção Monetária:

8.4.1.3.1.1. **Carência de Juros:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.

8.4.1.3.1.2. **Taxa:** 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano).

8.4.1.3.1.3. **Correção Monetária:** TR.

8.4.1.3.1.4. **Pagamentos durante a Carência de Juros:** a cada 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, até o término do período da carência de juros, serão realizados pagamentos uniformes de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos entre os

Credores Quirografários *pro-rata* conforme seus respectivos **Créditos Quirografários**.

8.4.1.3.1.5. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas trimestrais após o término do período de carência de juros.

8.4.1.3.2. **Principal:**

8.4.1.3.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.4.1.3.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 48 (quarenta e oito) parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

8.5. **Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV:**

8.5.1. O pagamento dos **Créditos de Micro e Pequenas Empresas** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.5.1.1. **Pagamento inicial.** O montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será pago a cada **Credor** que detenha **Créditos de Micro e Pequenas Empresas**, limitado ao valor do respectivo **Crédito**, em parcela única, em até 90 (noventa) dias a contar da **Data de Homologação**.

8.5.1.2. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do **Crédito** original de cada credor que detenha **Créditos Micro e Pequenas Empresas**, e será pago em até 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, reajustado pela variação do **CDI** desde a **Data de Homologação**.

8.6. **Credores Essenciais Fundiários:**

8.6.1. O pagamento dos **Credores Essenciais Fundiários** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.6.1.1. **Juros e Correção Monetária:**

8.6.1.1.1. **Carência de Juros:** 3 (três) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.

8.6.1.1.2. **Taxa:** 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano)

8.6.1.1.3. **Correção Monetária: TR.**

8.6.1.1.4. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros.

8.6.1.2. **Principal:**

8.6.1.2.1. **Carência de Principal:** 3 (três) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.6.1.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

8.7. **Credores Investidores DIP:**

8.7.1. Os **Credores Investidores DIP**, sem prejuízo de receberem o saldo de seus **Créditos Concursais** na forma prevista para a respectiva classe de credores em que se enquadrem, terão direito ao recebimento de parte de seus **Créditos Concursais** de forma acelerada, nas condições abaixo.

8.7.1.1. **Parcela a acelerar:**

8.7.1.1.1. A parcela dos **Créditos Concursais** a ser paga de forma acelerada será equivalente a 10% (dez por cento) do valor total que vier a ser desembolsado em favor das **Recuperandas** no **Empréstimo DIP** realizado pelo respectivo **Credor Investidor DIP**, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do seu **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor DIP**.

8.7.1.2. **Principal:**

8.7.1.2.1. **Amortização:** A parcela a ser acelerada será paga em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 27º (vigésimo sétimo) mês contado da **Data de Homologação**, e as demais a cada três meses.

8.7.1.3. **Juros e Correção Monetária:** serão capitalizados junto ao principal durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados da **Data de Homologação**, e pagos em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais junto com o pagamento do principal, devendo ser aplicadas as mesmas taxas de juros e

correção monetárias previstas nesse **Plano** para a classe de credores em que se enquadrar o **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor DIP**.

8.8. Credores Investidor BPCH:

8.8.1. Os **Credores Investidores BPCH**, sem prejuízo de receberem o saldo de seus **Créditos Concurtais** na forma prevista para a respectiva classe de credores em que se enquadrem, terão direito ao recebimento de parte de seus **Créditos Concurtais** de forma acelerada, nas condições abaixo.

8.8.1.1. Parcela a acelerar:

8.8.1.1.1. A parcela dos **Créditos Concurtais** a ser paga de forma acelerada será equivalente a 7% (sete por cento) do valor que venha a ser ofertado no **Procedimento Competitivo** pela **UPI Brasil PCH**, seja pelo próprio **Credor Investidor BPCH**, seja pelo investidor terceiro a quem este financie, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor BPCH**.

8.8.1.1.2. Caso o **Credor Investidor BPCH** que adquirir a **UPI Brasil PCH** seja financiado por um outro **Credor**, caberá a ambos os **Credores** (adquirente e financiador) definir conjuntamente qual deles deverá ser considerado **Credor Investidor BPCH** a fim de se valer da forma de pagamento descrita abaixo. Em nenhuma hipótese as **Recuperandas** estenderão tal benefício, ao mesmo tempo, ao **Credor** adquirente e ao **Credor** financiador.

8.8.1.2. Principal:

8.8.1.2.1.1. **Amortização:** A parcela a ser acelerada será paga em 16 (dezesesseis) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 27º (vigésimo sétimo) mês contado da **Data de Homologação**, e as demais a cada três meses.

8.8.1.3. **Juros e Correção Monetária:** serão capitalizados junto ao principal durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses e pagos em 16 (dezesesseis) parcelas trimestrais junto com o pagamento do principal, devendo ser aplicadas as mesmas taxas de juros e correção monetárias previstas nesse **Plano** para a classe de credores em que se enquadrar o **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor BPCH**.

9. CREDITORES EXTRACONCURSAIS ADERENTES

9.1. Os seguintes **Credores Extraconcursais** poderão, a seu critério, receber seus **Créditos Extraconcursais** dentro do âmbito do **Plano**, ocasião em que serão pagos conforme as condições descritas nas Cláusulas abaixo.

9.2. **BTG.**

9.2.1. O pagamento do **Crédito Extraconcursal BTG**, caso o **BTG** opte por aderir ao **Plano**, observará o disposto nas cláusulas abaixo:

9.2.1.1. **Juros e Correção Monetária:**

9.2.1.1.1. **100% da variação do CDI.**

9.2.1.1.2. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor serão pagos com 100% (cem por cento) dos dividendos recebidos da ENERBRÁS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. pela **Renova**.

9.2.1.1.2.1. Caso o montante de dividendos recebidos seja superior aos juros incorridos no período, o excedente de caixa será utilizado para a amortização do saldo da dívida.

9.2.1.1.2.2. Caso o montante de dividendos recebidos seja inferior aos juros incorridos no período, o montante de juros não pagos será capitalizado ao saldo da dívida.

9.2.1.2. **Principal:**

9.2.1.2.1. **Carência de Principal:** não há.

9.2.1.2.2. **Amortização:** o principal será pago com base nos dividendos recebidos da ENERBRÁS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., com o montante que exceder os juros incorridos no período.

9.2.1.2.3. **Quitação:** no caso de alienação da **UPI Enerbrás**, 100,0% (cem por cento) dos recursos da alienação serão prioritariamente destinados à quitação do saldo do **Crédito Extraconcursal BTG**, ocasião em que serão deduzidos quaisquer pagamentos que a **Renova** eventualmente tenha realizado para o **BTG** a título de amortização do principal do **Crédito Extraconcursal BTG** entre a **Data de Homologação** e a data em que a UPI Enerbrás tiver sido arrematada no **Procedimento Competitivo**.

10. ALIENAÇÃO DE UPIS

- 10.1. **Criação e Alienação de UPIs.** As **Recuperandas** poderão constituir e alienar uma ou mais de suas **UPIs**, descritas nas Cláusulas a seguir, por meio de **Procedimento Competitivo**, nos termos dos artigos 60 e 142 da **LFRJ**, conforme condições gerais estipuladas nas subcláusulas abaixo e condições específicas previstas nas Cláusulas 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e 10.6 abaixo:
- 10.1.1. **Inexistência de sucessão de dívidas.** As **UPIs** alienadas nos termos deste **Plano** estarão livres de **quaisquer** ônus e os seus respectivos adquirentes não responderão por nenhuma dívida ou contingência das **Recuperandas**, incluindo, mas não se limitando, as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e decorrentes da legislação anticorrupção, nos termos dos art. 60 e 141 da **LFRJ**.
- 10.1.2. **Procedimento de alienação de UPIs.** Quaisquer alienações de **UPIs** realizadas por meio de **Procedimento Competitivo**, nos termos do art. 142 da **LFRJ**, serão realizadas em favor do Proponente que ofertar as melhores condições para o cumprimento do **Plano**, respeitado o disposto nas previsões específicas deste Plano, nos respectivos editais e os termos da **LFRJ**, além da devida prestação de contas pelas **Recuperandas** ao **Juízo da Recuperação** e ao **Administrador Judicial**.
- 10.1.3. **Propostas Fechadas:** O **Procedimento Competitivo** para alienação de **UPIs** será realizado em certame judicial, mediante apresentação de propostas fechadas ("**Propostas Fechadas**"), nos termos do artigo 142, inciso II, da **LFRJ**, conforme será estabelecido no edital correspondente, o qual a **Renova** fará publicar nos prazos indicados neste Plano ("**Edital UPI**"). O **Edital UPI** estabelecerá, dentre outras questões referentes ao processo de alienação da **UPI**, (a) as condições mínimas de aquisição, e (b) os requisitos para participação no **Procedimento Competitivo** para aquisição da **UPI**.
- 10.1.4. **Data Room:** Os interessados na aquisição da **UPI** poderão, mediante assinatura de acordo de confidencialidade cuja minuta será disponibilizada pelas **Recuperandas**, requerer, a **qualquer** tempo até a finalização da fase de qualificação prevista na Cláusula 10.1.6 abaixo, acesso aos documentos e às informações disponibilizadas no *data room* organizado previamente pelas **Recuperandas**, com a finalidade de permitir, dentre outros aspectos, a precificação das **Propostas Fechadas**, as quais deverão seguir as condições mínimas de aquisição da **UPI**, conforme aplicável, estabelecidas neste **Plano** e no **Edital UPI**. O *data room* será formado pela mesma documentação disponibilizada a todos os investidores interessados.
- 10.1.5. **Participação no Procedimento Competitivo:** No prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a publicação do **Edital UPI**, eventuais interessados em participar do **Procedimento Competitivo** para aquisição da **UPI** deverão manifestar seu interesse por meio (a) do envio de notificação às **Recuperandas**, com cópia ao **Administrador Judicial**, conforme modelo a ser disponibilizado pelas **Recuperandas** ("**Notificação de Interesse – UPI**"), e (b) da apresentação de manifestação nos autos da **Recuperação Judicial**, conforme modelo a ser disponibilizado pelas **Recuperandas**, informando a sua intenção de

apresentar uma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI** (“**Petição de Interesse – UPI**” e, em conjunto com a **Notificação de Interesse – UPI**, “**Documentos de Interesse – UPI**”).

- 10.1.6. **Qualificação:** O interessado na aquisição da **UPI** deverá apresentar, juntamente com a **Notificação de Interesse – UPI**, (a) a documentação que comprove a sua capacidade financeira para fazer frente, pelo menos, ao valor do preço mínimo indicado para a **UPI** em questão, por meio da apresentação (i) de **extratos** recentes de aplicações financeiras com liquidez diária, devidamente acompanhados de cartas de referência emitidas pelas respectivas instituições financeiras nas quais tais recursos estejam depositados, caso a aquisição venha a ser feita com recursos próprios ou recursos que já tenham sido captados, ou (ii) de carta de crédito emitida por um dos **Bancos Emissores**, atestando a capacidade financeira do interessado, caso a aquisição venha a ser feita por meio de recursos a serem captados (em conjunto, “**Requisitos de Qualificação – UPI**”). O **Administrador Judicial** analisará se as **Notificações de Interesse – UPI** apresentadas pelos interessados estão em conformidade com os **Requisitos de Qualificação – UPI**, apresentando petição nos autos da **Recuperação Judicial**, em até 5 (cinco) dias corridos contados do término do prazo previsto na Cláusula 10.1.5 acima, com a indicação dos nomes dos interessados que estarão habilitados a apresentar **Propostas Fechadas** para **Aquisição da UPI**. A ausência de envio de qualquer um dos **Documentos de Interesse – UPI** na forma e prazo previsto na Cláusula 10.1.5 acima ou o não atendimento ao **Requisitos de Qualificação – UPI**, com base na análise conduzida pelo **Administrador Judicial**, fará com que o respectivo interessado esteja automaticamente desqualificado do **Procedimento Competitivo** para aquisição da **UPI**.
- 10.1.7. **Apresentação das Propostas Fechadas:** No **Dia Útil** imediata subsequente ao final do prazo referido na Cláusula 10.1.6 acima, será iniciado o prazo de 5 (cinco) dias corridos para que os interessados apresentem, ao **Administrador Judicial**, **Propostas Fechadas** para aquisição da **UPI**, de acordo com as condições mínimas de aquisição da **UPI**, conforme aplicável. Em especial, as **Propostas Fechadas** deverão obrigatoriamente ser elaboradas e submetidas na forma do formulário a ser disponibilizado pelas **Recuperandas**. O **Proponente** que apresentar **Propostas Fechada** de maneira distinta da prevista nesta Cláusula, seja por (a) não utilizar o formulário a ser disponibilizado pelas **Recuperandas** ou alterar qualquer de seus termos; (b) desrespeitar o prazo previsto nesta Cláusula, ou (c) descumprir qualquer das condições mínimas de aquisição da **UPI**, conforme aplicável, não será considerado para fins do **Procedimento Competitivo** relativo à alienação da **UPI** em questão.
- 10.1.8. As condições mínimas de aquisição da **UPI** aplicáveis a cada uma das **UPIs** previstas neste Plano estão indicadas nas cláusulas específicas referentes a cada uma das **UPIs**.
- 10.1.9. Caso o proponente possua qualquer **Crédito Extraconcursal** contra as **Recuperandas** derivado de operações de **Empréstimo DIP**, poderá utilizar a totalidade dos seus **Créditos Extraconcursais** derivados do **Empréstimo DIP** para a composição total ou parcial do montante a ser indicado na respectiva **Proposta Fechada**.

- 10.1.10. **Abertura das Propostas Fechadas:** Recebidas as **Propostas Fechadas**, no dia, hora e local estabelecidos no **Edital UPI**, o **Administrador Judicial**, no âmbito da audiência a ser realizada, a qual deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias contados do término do prazo previsto na Cláusula 10.1.9 acima, (a) promoverá a abertura das **Propostas Fechadas** apresentadas pelos Proponentes **habilitados** para aquisição da **UPI**; (b) verificará se todas as **Condições de Mínimas de Aquisição da UPI**, conforme aplicável, foram cumpridas por tais **Propostas Fechadas**, e (c) anunciará a **Proposta Fechada** mais vantajosa, levando em consideração o atendimento das condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável, e o maior preço oferecido.
- 10.1.11. **Proposta Vencedora UPI:** A **Proposta Fechada** vencedora será aquela que, respeitados os termos deste **Plano** e do **Edital UPI**, for assim declarada pelo **Administrador Judicial**, conforme procedimento previsto na Cláusula 10.1.10 acima ("**Proposta Vencedora UPI**").
- 10.1.12. **Homologação da Proposta Vencedora UPI:** A **Proposta Vencedora UPI** deverá ser homologada pelo **Juízo da Recuperação**, devendo o **Proponente** vencedor, mediante pagamento do preço oferecido, assumir a **UPI**.
- 10.1.13. **Novo Procedimento Competitivo:** Na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI**, as **Recuperandas**, em conjunto com, se for o caso, o credor extraconcursal que possua garantias fiduciárias devidamente constituídas sobre o ativo objeto da **UPI**, definirão, em conjunto, as bases que se qualifiquem nos termos acima para a realização de novo **Procedimento Competitivo** para alienação da **UPI**, mediante a publicação de edital com as novas disposições aplicáveis à tal venda, respeitadas as previsões constantes deste Plano.
- 10.2. **UPI Brasil PCH.** A **UPI Brasil PCH**, constituída por 51% (cinquenta e um por cento) das ações representativas do capital da sociedade Brasil PCH S.A., a serem detidas pela Renova Energia S.A. após a incorporação da Chipley SP Participações S.A. ("**UPI Brasil PCH**"), será individualmente alienada através de **Procedimento Competitivo** nos termos do artigo 60 da **LFRJ**, sem que o adquirente suceda as **Recuperandas** em quaisquer dívidas, contingências ou obrigações das **Recuperandas**.
- 10.2.1. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Brasil PCH:** As **Propostas Fechadas** para aquisição da **UPI Brasil PCH** deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas **Recuperandas**; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades ("**Condições Mínimas de Aquisição da UPI Brasil PCH**"):
- (a) preço mínimo de aquisição da **UPI Brasil PCH**, que será de pelo menos R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); e

(b) condição de pagamento à vista.

10.2.1.1. **Prazo para Realização do Procedimento Competitivo:** A primeira praça para alienação da **UPI Brasil PCH** será realizada em até 6 (seis) meses a contar da **Data de Homologação**.

10.2.1.2. Não obstante a Cláusula 10.1.13 acima, na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI Brasil PCH**, a segunda praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar data da primeira praça.

10.2.1.3. Caso na segunda praça também não seja apresentada ou validada nenhuma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI Brasil PCH**, as Recuperandas poderão realizar novas praças em até 6 (seis) meses após a convocação das praças anteriores.

10.2.2. **Condições Precedentes – UPI Brasil PCH:** A alienação da **UPI Brasil PCH**, sob qualquer forma, com a efetiva transferência, ao **Proponente** vencedor do **Procedimento Competitivo**, da propriedade dos bens e direitos adquiridos, está condicionada, nos termos do artigo 125 do **Código Civil**, à implementação das seguintes condições precedentes(em conjunto, “**Condições Precedentes – UPI Brasil PCH**”):

10.2.2.1. Respeito ao acordo de acionistas vigente no âmbito da **Brasil PCH S.A.**

10.2.2.2. Anuência expressa dos debenturistas da **Brasil PCH S.A.**

10.2.2.3. Substituição das cessões fiduciárias sobre os dividendos da Chipley SP Participações S.A. por parte dos **Credores com Garantia Real**, da **CEMIG** e do **CITI**, mediante a realização de **Procedimento Competitivo** com lance vencedor e anuência expressa dos credores com garantia.

10.2.2.4. Autorizações de órgãos reguladores (ANEEL, CADE, entre outros).

10.3. **UPI Mina de Ouro:** A Mina de Ouro, constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., detidas pela Renova Energia e pela Renovapar (“**UPI Mina de Ouro**”), será individualmente alienada através de **Procedimento Competitivo** nos termos do artigo 60 da **LFRJ**, sem que o adquirente suceda as **Recuperandas** em quaisquer dívidas, contingências e obrigações das **Recuperandas**.

10.3.1. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Mina de Ouro:** As **Propostas Fechadas** para aquisição da **UPI Mina de Ouro** deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas **Recuperandas**; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades ("**Condições Mínimas de Aquisição da UPI Brasil PCH**"):

(a) preço mínimo de aquisição da **UPI Brasil PCH**, que será de pelo menos R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e

(b) condição de pagamento à vista

10.3.2. **Prazo para Realização do Procedimento Competitivo:** A primeira praça para alienação da **UPI Mina de Ouro** será realizada em até 6 (seis) meses a contar da **Data de Homologação**.

10.3.2.1. Não obstante a Cláusula 10.1.13 acima, na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI Mina de Ouro**, a segunda praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar data da primeira praça.

10.3.2.2. Caso na segunda praça também não seja apresentada ou validada nenhuma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI Brasil PCH**,, as **Recuperandas** poderão realizar novas praças em até 6 (seis) meses após a convocação das praças anteriores.

10.4. **UPI's Projetos em Desenvolvimento:** **UPIs** a serem criadas e compostas por projetos de energia renovável em desenvolvimento constantes do **ANEXO 10.4 ("UPIs Projetos em Desenvolvimento")**. As **UPIs Projetos em Desenvolvimento** poderão incluir um ou mais projetos em desenvolvimento, a critério das **Recuperandas**, de acordo com as perspectivas de comercialização. As **UPIs Projetos em Desenvolvimento** serão formadas por SPEs a serem criadas especificamente para esse fim. Os ativos serão transferidos para as respectivas SPEs somente após a conclusão dos respectivos **Procedimentos Competitivos**.

10.4.1. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Projetos em Desenvolvimento:** As **Propostas Fechadas** para aquisição da **UPI Projetos em Desenvolvimento** deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas **Recuperandas**; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades ("**Condições Mínimas de Aquisição da UPI Projetos em Desenvolvimento**"):

(a) os preços mínimos de aquisição das **UPIs Projetos em Desenvolvimento** serão definidos com base em laudos de avaliação a serem contratados pelas **Recuperandas** junto a empresas com notória experiência no setor e

apresentados em **Juízo** 30 (trinta) dias antes da publicação do respectivo **Edital UPI**;

(b) o preço será fechado, ou com entrada mínima de 20% (vinte por cento) do valor mínimo e diferença mediante vinculação aos eventos e/ou resultados futuros das SPEs representativas do projeto vendido (*earnout*); e

(c) condição de pagamento integral à vista, ou um pagamento inicial de no mínimo 20% (vinte por cento) e o saldo com base em participação de resultados do projeto.

10.4.2. **Prazo para Realização dos Procedimentos Competitivos:** os **Procedimentos Competitivos** para alienação das **UPIs Projetos em Desenvolvimento** poderão ser realizados em no máximo 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

10.4.2.1. As **Recuperandas**, por este **Plano**, não se obrigam a realizar **Procedimentos Competitivos** para a alienação de todos os projetos citados no ANEXO 10.4, podendo optar por reservar e manter consigo parte ou a totalidade dos referidos projetos, para implantação futura.

10.5. **UPI Enerbrás:** A **UPI** constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da **Enerbrás** ("**UPI Enerbrás**"), as quais estão fiduciariamente alienadas em garantia em favor do **BTG** (nessa qualidade, "**Credor Fiduciário Ações Enerbrás**"), será individualmente alienada através de **Procedimento Competitivo**, nos termos dos artigos 60 e 142 da **LFRJ**, sem que o adquirente suceda as **Recuperandas** em quaisquer dívidas, contingências e obrigações das **Recuperandas**.

10.5.1. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Enerbrás:** As **Propostas Fechadas** para aquisição da **UPI Enerbrás** deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas **Recuperandas**, e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades ("**Condições Mínimas de Aquisição da UPI Enerbrás**"):

(a) atendimento ao preço mínimo de aquisição da **UPI Enerbrás**, que será de pelo menos R\$ 211.000.000,00 (duzentos e onze milhões de reais), sendo o preço de aquisição efetivamente ofertado por cada **Proponente**, "**Preço de Aquisição – UPI Enerbrás**"), com pagamento à vista na data do **Fechamento – UPI Enerbrás**;

(b) a declaração do **Proponente** de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com a realização, por conta e ordem da **Renova**, de

pagamento de parte do **Preço de Aquisição – UPI Enerbrás**, na data do **Fechamento – UPI Enerbrás**, diretamente ao **Credor Fiduciário Ações Enerbrás**, mediante transferência eletrônica disponível (TED) para a conta que vier a ser indicada, de titularidade do **Credor Fiduciário Ações Enerbrás**, mantida junto ao Banco BTG Pactual S.A. (208), conforme valor a ser informado pelo **Credor Fiduciário Ações Enerbrás** no **Dia Útil** imediatamente anterior à data do **Fechamento UPI Enerbrás**, que corresponderá ao saldo devedor das **Confissões de Dívida BTG**, devidamente atualizado nos termos das **Confissões de Dívida BTG** (“**Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbrás**”). O **Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbrás** será, para todos os fins, irrevogável e irretratável, não sujeito à devolução, restituição ou reclamação de qualquer natureza;

- (c) a declaração do **Proponente** de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com todos os termos e condições do **Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI Enerbrás**, a ser fornecida pelas Recuperandas, estando apto a celebrá-lo, cumprindo com todas as formalidades necessárias para tal assinatura, na data de declaração da respectiva **Proposta Vencedora UPI**; e
- (d) a declaração do **Proponente** de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com todos os termos e condições (i) do **Plano** relacionados, direta ou indiretamente, à alienação da **UPI Enerbrás**, e (ii) do respectivo **Edital UPI**.

10.5.2. **Proposta Vencedora UPI Enerbrás:** Na hipótese de o **Proponente** da respectiva **Proposta Vencedora UPI** descumprir com a sua obrigação de celebrar o **Contrato de Compra e Venda de Ações UPI Enerbrás** no prazo previsto na Cláusula 10.5.1(c), a **Proposta Fechada** mais vantajosa imediatamente seguinte, observado o disposto na Cláusula 10.1.10 acima, será considerada a nova **Proposta Vencedora UPI** e assim sucessivamente, desde que respeitadas, em todos os casos, as **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Enerbrás**.

10.5.3. **Homologação da Proposta Vencedora UPI Enerbrás:** adicionalmente ao quanto disposto na Cláusula 10.1.11 acima, o pagamento a ser realizado pelo **Proponente** vencedor deverá realizar o pagamento do **Preço de Aquisição – UPI Enerbrás**, incluindo o **Pagamento Integral BTG**; e observar os termos e condições do **Contrato de Compra e Venda de Ações UPI Enerbrás**, para então assumir a **UPI Enerbrás**.

10.5.4. **Transferência da UPI Enerbrás:** A efetiva transferência da **UPI Enerbrás** ao **Proponente** vencedor ocorrerá após a satisfação das **Condições Precedentes – UPI Enerbrás** indicadas na Cláusula 10.5.7 abaixo, sem prejuízo das demais condições precedentes e outras disposições aplicáveis previstas no **Contrato de Compra e Venda de Ações UPI Enerbrás**. Até que a efetiva transferência da **UPI Enerbrás** ocorra, as

Recuperandas (a) permanecerão responsáveis pela posse e guarda dos ativos que compõem a **UPI Enerbrás**, e (b) permitirão ao **Proponente** vencedor que fiscalize as atividades e os ativos da **UPI Enerbrás**.

10.5.5. **Direito de Participação do Credor Fiduciário Ações Enerbrás:** O **Credor Fiduciário Ações Enerbrás** poderá optar, a seu exclusivo critério, por participar de qualquer **Procedimento Competitivo** para aquisição da **UPI Enerbrás** mediante a utilização, total ou parcial, dos **Créditos Extraconcursais BTG**, sendo que, nessa hipótese, o valor nominal correspondente aos **Créditos Extraconcursais BTG** que estiverem contemplados na proposta eventualmente apresentada pelo **Credor Fiduciário Ações Enerbrás** estará equiparado, para todos os efeitos, às propostas apresentadas por outros **Proponentes** com pagamento em moeda corrente nacional. Para que não haja dúvidas, na hipótese de exercício desse direito pelo **Credor Fiduciário Ações Enerbrás**, cada R\$ 1,00 (um real) de **Crédito Extraconcursal BTG** estará equiparado a R\$ 1,00 (um real) em moeda corrente nacional para fins de avaliação da proposta vencedora do **Procedimento Competitivo** para aquisição da **UPI Enerbrás**.

10.5.6. **Novo Procedimento Competitivo:** Não obstante a Cláusula 10.1.13, na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI Enerbrás**, as **Recuperandas** e o **Credor Fiduciário Ações Enerbrás** definirão, em conjunto, as bases que se qualifiquem nos termos acima para a realização de novo **Procedimento Competitivo** para alienação da **UPI Enerbrás**, mediante a publicação de edital com as novas disposições aplicáveis à tal venda, as quais deverão observar (a) as **Condições Precedentes – UPI Enerbrás**, e (b) um preço mínimo de aquisição da **UPI Enerbrás** conforme laudo de avaliação a ser apresentado pelas **Recuperandas**.

10.5.7. **Condições Precedentes – UPI Enerbrás:** A alienação da **UPI Enerbrás**, sob qualquer forma, com a efetiva transferência, ao **Proponente** vencedor do **Procedimento Competitivo**, da propriedade dos bens e direitos adquiridos, está condicionada, nos termos do artigo 125 do **Código Civil**, à implementação das seguintes condições precedentes (em conjunto, “**Condições Precedentes – UPI Enerbrás**”):

- (i) liberação, pelo **Credor Fiduciário Ações Enerbrás**, da **Garantia Fiduciária Ações Enerbrás**, o que apenas poderá ocorrer mediante o pagamento integral, irrevogável e irretroatável dos **Créditos Extraconcursais BTG**, devidamente atualizados nos termos das **Confissões de Dívida BTG**, salvo o **Credor Fiduciário Ações Enerbrás** expressamente e por escrito consinta com o recebimento de valor inferior;
- (ii) anuência prévia do **BNB**;
- (iii) Anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e
- (iv) Anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE

- 10.6. **UPI ASIII FASE B:** A **UPI ASIII FASE B**, constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital de todas as **Sociedades do ASIII FASE B** ("**UPI ASIII FASE B**"), será individualmente alienada através de **Procedimento Competitivo** nos termos do artigo 60 da **LFRJ**, sem que o adquirente suceda as **Recuperandas** em quaisquer dívidas, contingências e obrigações das **Recuperandas**

- 10.6.1. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI ASIII FASE B:** As **Propostas Fechadas** para aquisição da **UPI Mina de Ouro** deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas **Recuperandas**; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades ("**Condições Mínimas de Aquisição da UPI ASIII FASE B**"):

(a) o preço mínimo de aquisição da **UPI ASIII FASE B** será definido com base em laudo de avaliação a ser contratados pelas **Recuperandas** junto a empresas com notória experiência no setor e apresentado em **Juízo 30** (trinta) dias antes da publicação do respectivo **Edital UPI**; e

(b) condição de pagamento à vista.

- 10.6.1.1. **Prazo para Realização do Procedimento Competitivo:** a primeira praça para alienação da **UPI ASIII FASE B** será realizada em até 60 (sessenta) dias a contar da **Data de Homologação**.

- 10.6.1.2. Não obstante a Cláusula 10.1.13 acima, na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI ASIII Fase B**, a segunda praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar data da primeira praça.

- 10.6.1.3. Caso na segunda praça também seja apresentada ou validada nenhuma **Proposta Fechada** para aquisição da **UPI ASIII FASE B**, as **Recuperandas** poderão realizar novas praças em até 6 (seis) meses após a convocação das praças anteriores.

11. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS ALIENAÇÕES DAS UPIS:

- 11.1. Os recursos oriundos da alienação das **UPIs** previstas neste **Plano**, exceto da **UPI Enerbrás**, serão destinados, primeiramente, para o pagamento dos: (i) impostos decorrentes da alienação, e (ii) assessores jurídicos e financeiros (incluindo eventual assessor de M&A).

11.2. **UPI Brasil PCH:** Os recursos oriundos da alienação da **UPI Brasil PCH** serão utilizados na seguinte ordem:

11.2.1. R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) serão destinados ao aumento de capital da Alto Sertão Participações S.A., que fará aumento de capital equivalente na Diamantina Eólica Participações S.A., de acordo com a seguinte prioridade.

11.2.1.1. Quitação de saldos devedores de **Empréstimos DIP** cujos recursos tenham sido aplicados na finalização do **ASIII**.

11.2.1.2. Eventual saldo remanescente após a quitação dos **Empréstimos DIP** será mantido em uma conta *escrow*, e será aplicado para a finalização do **ASIII** conforme necessidade.

11.2.2. R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) terão a seguinte prioridade de pagamento, respeitado o disposto na Cláusula 11.1 acima:

11.2.2.1. Pagamento de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do **Crédito CITI**, caso o **CITI** tenha aderido à liberação de sua garantia fiduciária relacionada aos dividendos da Chipley.

11.2.2.2. Pagamento dos saldos devedores de **Empréstimos DIP** cujos recursos não tenham sido aplicados na finalização do **ASIII**.

11.2.2.3. Pagamento de despesas operacionais da **Renova**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento e despesas do **ASIII**.

11.3. **UPI Mina de Ouro:** Os recursos oriundos da alienação da **UPI Mina de Ouro** serão utilizados na seguinte ordem, respeitado o disposto na Cláusula 11.1 acima:

11.3.1. Pagamento do saldo devedor de **Empréstimo DIP** realizado pela **CEMIG** que tenha como garantia ativos relacionados ao projeto Mina de Ouro.

11.3.2. Eventual saldo remanescente será destinado ao pagamento de despesas operacionais das **Recuperandas**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento.

11.4. **UPIs Projetos em Desenvolvimento:** Os recursos oriundos da venda das **UPIs Projetos em Desenvolvimento** serão utilizados na seguinte ordem, respeitado o disposto na Cláusula 11.1 acima:

11.4.1. Até 10% (dez por cento) do valor dos recursos restantes após a dedução dos pagamentos das despesas acima descritas deverão ser utilizados para o pagamento de **Créditos Extraconcursais** detidos por **Credores** que detiverem garantias fiduciárias relacionadas ao Projeto em Desenvolvimento alienado.

- 11.4.2. Eventual saldo remanescente será destinado ao pagamento de despesas operacionais das **Recuperandas**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento.
- 11.5. **UPI Enerbrás:** Os recursos oriundos da venda da **UPI Enerbrás** serão necessariamente aplicados na seguinte ordem:
- 11.5.1. Em primeiro lugar, no pagamento integral, irrevogável e irretratável do saldo devedor dos **Créditos Extraconcursais BTG**, devidamente atualizado nos termos das **Confissões de Dívida BTG**;
- 11.5.2. Em segundo lugar, no pagamento de despesas relacionadas à alienação da **UPI Enerbrás**, incluindo mas não se limitando a: (i) impostos decorrentes da alienação, e (ii) assessores jurídicos e financeiros (incluindo eventual assessor de M&A).
- 11.5.3. Por último, eventual saldo remanescente será destinado ao pagamento de despesas operacionais das **Recuperandas**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento.
- 11.6. **UPI ASIII FASE B:** Os recursos oriundos da alienação da **UPI ASIII FASE B** serão utilizados na seguinte ordem, respeitado o disposto na Cláusula 11.1 acima:
- 11.6.1. Até 10% (dez por cento) do valor dos recursos restantes após a dedução dos pagamentos das despesas acima descritas deverão ser utilizados para o pagamento de **Créditos Extraconcursais** detidos por **Credores** que detiverem garantias fiduciárias relacionadas à **UPI ASIII FASE B** alienado.
- 11.6.2. Eventual saldo remanescente será destinado ao pagamento de despesas operacionais das **Recuperandas**, incluindo despesas de projetos em desenvolvimento.

12. EMPRÉSTIMOS DIP

- 12.1. A fim de reforçar o seu caixa e financiar as suas operações, as Recuperandas poderão contratar os seguintes **Empréstimos DIP**:
- 12.1.1. Um ou mais **Empréstimos DIP** no valor de até R\$ 50 Milhões, sem destinação específica dos recursos;
- 12.1.2. Um ou mais **Empréstimos DIP** com a finalidade específica de financiamento do **ASIII**, os quais deverão apresentar as seguintes características:

12.1.2.1. **Valor:** valor mínimo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e valor máximo de R\$ 351.000.000,00 (trezentos e cinquenta e um milhões de reais).

12.1.2.2. **Destinação de recursos:** CAPEX para finalização do **ASIII**, despesas operacionais do **Grupo Renova** e OPEX.

12.1.2.3. **Premissas de Pagamento:**

12.1.2.3.1. **Juros e Correção Monetária:**

12.1.2.3.1.1. **Carência de Juros:** 7 (sete) meses a contar da **Data de Homologação**, sendo que durante tal período os juros serão capitalizados junto ao principal.

12.1.2.3.1.2. **Juros e Correção Monetária:** a serem negociados pelas **Recuperandas** dentro de parâmetros de mercado para operações similares com empresas em recuperação judicial.

12.1.2.3.1.3. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor serão pagos em parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte após o término da carência de juros.

12.1.2.3.2. **Principal:**

12.1.2.3.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

12.1.2.3.2.2. **Amortização:** o principal será pago em uma única parcela após o término da carência de principal.

12.1.2.3.3. **Amortização Antecipada:**

12.1.2.3.3.1. **Venda da UPI Brasil PCH:** conforme Cláusula 11.2.1.1, os recursos provenientes da alienação da **UPI Brasil PCH** serão utilizados prioritariamente para a quitação do saldo devedor deste **Empréstimo DIP**.

12.1.3. **Forma de remessa dos recursos ao ASIII.** Na hipótese de realização do **Empréstimo DIP** aqui referido com quaisquer das **Recuperandas** que não a Renova Energia S.A., os recursos recebidos por tais **Recuperandas** deverão ser repassados à Renova Energia S.A. através da emissão de debêntures, devendo a Renova Energia S.A., ato contínuo, utilizar tais recursos para a integralização de aumento do capital social da Alto Sertão Participações S.A. Os recursos, então,

serão vertidos pela Alto Sertão Participações S.A. para as demais **SPEs** que compõem o **ASIII**, conforme necessidade, e conforme restar autorizado pelo plano de recuperação judicial do **ASIII**.

12.1.3.1. Os **Credores com Garantia Real** passarão, automaticamente, a deter penhor sobre quaisquer novas ações da Alto Sertão Participações S.A. que venham a ser emitidas em favor da Renova S.A. em decorrência do aumento de capital supra referido. O penhor a que se refere esta Cláusula garantirá, exclusivamente, os **Créditos com Garantia Real** já detidos pelo respectivo **Credor com Garantia Real**.

12.1.3.2. A remessa de recursos ao **ASIII** prevista nesta Cláusula apenas ocorrerá após a homologação judicial do plano de recuperação judicial do **ASIII**, e contanto que o plano homologado contenha disposições que permitam a distribuição e utilização dos recursos oriundos do **Empréstimo DIP** no prosseguimento das obras do **ASIII**.

12.2. Eventuais **Empréstimos DIP** que tenham sido contratados anteriormente à **Homologação Judicial do Plano** serão considerados automaticamente ratificados pelos **Credores Concursais** com a **Homologação Judicial do Plano**, contanto que atendam aos requisitos da Cláusula 12.1.

13. CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA A ALIENAÇÃO DE DETERMINADAS UPIS

13.1. Como condições precedentes para as alienações da **UPI Brasil PCH** e **UPIs Projetos em Desenvolvimento** e outras ações expressamente previstas no **Plano**, os seguintes **Credores** substituirão certas garantias, recebendo outras como contrapartida:

13.2. **Credores com Garantia Real**: os **Credores com Garantia Real** substituirão a cessão fiduciária de dividendos da CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. pela alienação fiduciária das ações resultantes do aumento de capital das empresas ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. e DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., mediante a integralização de ações com os recursos advindos da alienação da **UPI Brasil PCH** ou por outra garantia a ser acordada entre as partes.

13.3. **CEMIG e Credores CGII** : os **Credores Partes Relacionadas CEMIG e Credores CGII** substituirão as suas garantias fiduciárias sobre determinados ativos das **Recuperandas**, pela cessão fiduciária de parte dos dividendos de sociedades que compõem o **ASIII**, após a quitação dos **Credores com Garantia Real**, e pelo sobejo da eventual venda do **ASIII**, respeitando-se os direitos dos demais Credores sobre tais valores. Caso haja venda de qualquer **das UPIs Projetos em Desenvolvimento, CEMIG e Credores CGII** substituirão as garantias que detenham sobre os ativos relacionados à **UPI** alienada, pelo recebimento, para antecipação do pagamento de seus **Créditos**, de valor equivalente a 10% (dez por

cento) dos recursos líquidos obtidos com a venda das **UPIs** sobre as quais tenham substituído as garantias.

13.4. **CITI:** Ao receber o pagamento de 50% do saldo devedor do **Crédito CITI** na venda da **UPI Brasil PCH**, conforme Cláusula 11.2.2.1 acima, o **CITI** liberará automaticamente a sua garantia fiduciária sobre dividendos da Chipley SP Participações S.A..

13.5. Na hipótese de o **Grupo Renova** receber recursos de **Empréstimo DIP** para o financiamento do **ASIII**, os **Credores** que detenham garantias relacionadas à Chipley SP Participações S.A. subordinarão tais garantias aos direitos do investidor que conceder o referido **Empréstimo DIP**.

13.6. As condições para as subordinações e ou para as liberações de garantias aqui indicadas e a concordância com as mesmas serão formalizadas por cada **Credor** que detenha garantias incidentes sobre direitos ou ativos que compõem a **UPI Brasil PCH**, através do termo constante do **ANEXO 13.6**.

14. CRÉDITOS PARTES RELACIONADAS.

14.1. Os **Créditos Concursais** detidos por **Partes Relacionadas** serão pagos em parcela única, a depender da capacidade de caixa das **Recuperandas**, em até 30 (trinta) dias após a quitação integral de todos os outros **Créditos Concursais**.

14.1.1. Durante esse período, a contar da **Data de Homologação**, serão incorridos juros e correção monetária de acordo com 100% (cem por cento) da variação do **CDI**.

14.2. Os **Credores Extraconcursais** que sejam também **Partes Relacionadas**, terão a opção de receber o saldo de seus **Créditos Extraconcursais** no âmbito do **Plano**, situação em que receberão o saldo de suas dívidas na forma da Cláusula 14.1 acima.

15. CONVERSÃO DE DÍVIDAS EM CAPITAL.

15.1. Todos os **Credores Concursais** e **Credores Extraconcursais**, inclusive credores do **ASIII**, conforme restar previsto no plano de recuperação judicial do **ASIII**, poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus **Créditos**, que tenham fato gerador anterior à **Data do Pedido**, em capital social da Renova Energia, nas seguintes condições:

15.1.1. A primeira opção pela conversão dos **Créditos** em capital social da Renova S.A. poderá ser feita em até 120 (cento e vinte) dias da **Data de Homologação**.

15.1.2. No 12º (décimo segundo), 24º (vigésimo quarto) e 36º (trigésimo sexto) meses contados da **Data de Homologação**, os **Credores** que tenham interesse poderão solicitar nova conversão parcial ou total do saldo de seus respectivos **Créditos** em capital da Renova Energia.

15.1.3. A conversão em ações deverá respeitar os direitos de preferência dos atuais acionistas, as demais condições previstas no estatuto da Renova Energia, e a legislação em vigor. O preço de conversão será definido posteriormente respeitados os ritos de governança da Renova Energia.

16. PRÊMIO DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

16.1. Na hipótese da **Renova** liquidar antecipadamente total ou parcialmente obrigações previstas no **Plano**, os seguintes critérios de liquidação antecipada se aplicarão aos **Créditos com Garantia Real, Créditos Quirografários e Créditos de Micro e Pequenas Empresas**:

16.1.1. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente durante os primeiros 12 (doze) meses após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,30 (um real e trinta centavos).

16.1.2. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 13º (décimo terceiro) mês e 24º (vigésimo quarto) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos).

16.1.3. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 25º (vigésimo quinto) mês e 36º (trigésimo sexto) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,20 (um real e vinte centavos).

16.1.4. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 37º (trigésimo sétimo) mês e 48º (quadragésimo oitavo) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,15 (um real e quinze centavos).

16.1.5. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 49º (quadragésimo nono) mês e 60º (sexagésimo) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,10 (um real e dez centavos).

17. EFEITOS DO PLANO

- 17.1. **Vinculação do Plano.** As disposições do **Plano** vinculam a **Renovaas Recuperandas** e seus **Credores Concursais e Credores Extraconcursais Aderentes**, e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da **Data de Homologação**.
- 17.2. **Extinção de processos judiciais ou arbitrais.** Exceto se previsto de forma diversa no **Plano**, os **Credores Concursais** não mais poderão, a partir da **Data de Homologação**, (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação judicial ou processo de qualquer tipo relacionado a qualquer **Crédito Concursal** contra as **Recuperandas**; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as **Recuperandas**, relacionada a qualquer **Crédito Concursal**; (iii) penhorar quaisquer bens das **Recuperandas**, para satisfazer seus **Créditos Concursais**; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos das **Recuperandas**, para assegurar o pagamento de seus **Créditos Concursais**, com exceção do quanto previsto no **Plano**; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às **Recuperandas**, com seus **Créditos Concursais**; e (vi) buscar a satisfação de seus **Créditos Concursais** por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso contra as **Recuperandas**, relativas aos **Créditos Concursais** serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas, sendo que cada parte arcará com as respectivas custas e despesas processuais que tiver incorrido, e com os honorários advocatícios dos seus respectivos advogados.
- 17.3. **Cancelamento de protestos.** A **Homologação Judicial do Plano** acarretará o cancelamento de todo e qualquer protesto junto a Cartórios de Títulos e Documentos que tenha origem em **Crédito Concursal**, bem como na exclusão definitiva do nome das **Recuperandas** nos registros de quaisquer órgãos de proteção ao crédito quando o apontamento se originar de **Crédito Concursal**.
- 17.4. **Garantias, Coobrigados e Garantidores.** Com a **Homologação Judicial do Plano**, as garantias reais e fiduciárias serão mantidas nos termos originalmente contratados. Serão suspensas, apenas com autorização expressa e por escrito do respectivo **Credor**, (i) a exigibilidade dos créditos contra coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores; (ii) as eventuais demandas em curso; e (iii) o prazo prescricional relativo às demandas (não ajuizadas ou em curso), até a retomada da exigibilidade ou extinção.
- 17.5. Após a realização do pagamento dos **Créditos Concursais** nos termos previstos no **Plano**, ficarão automaticamente resolvidas as garantias, fianças, avais e obrigações solidárias anteriormente constituídas. Da mesma forma, todas as demandas eventualmente ajuizadas que versarem sobre obrigações quitadas nos termos desse **Plano** serão automaticamente extintas, sem ônus para as partes.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. **Créditos Ilíquidos, controversos e retardatários.** Todos os **Créditos Concursais** que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente ao pedido da **Recuperação Judicial**, ainda que não vencidos, não habilitados na **Lista de Credores** ou que sejam objeto de disputa judicial, incluindo a majoração de valores decorrentes do trânsito em julgado de decisões proferidas nos incidentes de Impugnações ou Habilitações de Crédito ou procedimento arbitral em andamento, também são novados por este **Plano**, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste **Plano** e da **Recuperação Judicial**, nos termos do artigo 49, *caput*, da **LFRJ**, de forma que, se aplicável, o saldo credor a ser liquidado estará sujeito aos deságios, prazos, termos e condições previstos no presente **Plano**, devendo ser pago nas condições previstas neste **Plano** após a devida inclusão de tais créditos na **Lista de Credores**.
- 18.2. **Anuência dos Credores.** Os **Credores Concursais** e os **Credores Extraconcursais Aderentes** têm plena ciência de que os prazos, termos e condições de satisfação de seus **Créditos** são alterados por este **Plano**. Os **Credores Concursais** e os **Credores Extraconcursais aderentes**, no exercício de sua autonomia da vontade, declaram que concordam expressamente com as referidas alterações, nos termos previstos neste **Plano**.
- 18.3. **Dividendos.** Enquanto as obrigações previstas neste **Plano** não forem cumpridas em sua integralidade, nenhum dividendo poderá ser distribuído por qualquer das **Recuperandas** a seus acionistas (Art. 52, parágrafo terceiro do **Estatuto Social da Renova Energia e observado o disposto no art. 202, §§ 4º e 5º da Lei das S.A.**), ficando permitida apenas a distribuição de dividendos entre **Recuperandas** e (ii) as distribuições de dividendos determinadas no **Instrumento AF Enerbrás**.
- 18.4. **Quitação.** O integral pagamento realizado na forma estabelecida neste **Plano** acarretará a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os **Créditos Concursais** de qualquer tipo e natureza contra as **Recuperandas**, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os **Credores** terão quitado, liberado e/ou renunciado a todos e quaisquer **Créditos Concursais**, e não mais poderão reclamá-los, contra as **Recuperandas**. A quitação dos **Créditos Extraconcursais Aderentes** se dará na forma explicitada nos respectivos instrumentos de adesão.
- 18.5. **Pagamento Máximo.** Os **Credores Concursais** não receberão das **Recuperandas**, em hipótese alguma, quaisquer valores que ultrapassem o valor estabelecido neste **Plano** para pagamento de seus **Créditos Concursais**.
- 18.6. **Créditos devidos ao Administrador Judicial.** Os créditos devidos ao Administrador Judicial, seu perito e os devidos aos assessores jurídicos e financeiros das **Recuperandas** são, conforme definido pela **LFRJ**, extraconcursais e não sujeitos à **Recuperação Judicial**.

- 18.7. **Empréstimos entre Sociedades Consolidadas e ASIII.** Na hipótese de o **Grupo Renova** entender aplicável e, desde que tal medida não comprometa o cumprimento das obrigações assumidas pelas **Sociedades Consolidadas** neste **Plano**, as **Sociedades Consolidadas** poderão conceder empréstimos ao **ASIII**, realizar o aporte e aumento de capital nas sociedades do **ASIII** e/ou fazer a movimentação de recursos, entre as **Sociedades Consolidadas** e as sociedades do **ASIII**, que sejam necessárias para a condução das atividades do **ASIII**, dispensada a necessidade de aprovação prévia específica em **Assembleia Geral de Credores**.
- 18.7.1. A concessão de empréstimos, aportes de capital e/ou movimentação de recursos às sociedades do **ASIII** previstas na Cláusula 18.7 acima apenas ocorrerão após a homologação judicial deste **Plano** e do plano de recuperação judicial do **ASIII**.
- 18.8. **Disposições do Plano.** Na hipótese de qualquer termo, cláusula ou disposição deste **Plano** ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, todos os demais termos, cláusulas e disposições permanecerão válidos, eficazes e exigíveis, desde que não alterem a estrutura de pagamento dos **Créditos** prevista neste **Plano** nem inviabilizem a capacidade de recuperação do **Grupo Renova**.
- 18.9. **Aditamentos, alterações ou modificações do Plano.** Aditamentos, alterações ou modificações ao **Plano** podem ser propostos a qualquer tempo após a **Data de Homologação**, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelas **Recuperandas** e aprovadas pela **Assembleia de Credores**, nos termos da **LFRJ**.
- 18.10. **Equivalência econômica no cumprimento do Plano.** Na hipótese de qualquer das operações previstas no **Plano** que não envolva pagamento em dinheiro aos **Credores Concursais** não ser possível de ser implementada pelas **Recuperandas** para qualquer **Credor Concursal**, seja pelo transcurso dos prazos previstos para a implementação de tais operações ou por razões regulamentares, as **Recuperandas** adotarão, em prazo que não exceda mais de 15 (quinze) dias úteis do prazo de cumprimento da obrigação original prevista no **Plano**, as medidas necessárias com o objetivo de assegurar um resultado econômico equivalente para os **Credores Concursais**, ocasião em que não se considerará o **Plano** como descumprido, desde que haja concordância dos **Credores** afetados com a solução proposta.
- 18.11. **Anexos.** Todos os anexos a este **Plano** são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano.
- 18.12. **Comunicações.** Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações às **Recuperandas** requeridas ou permitidas por este **Plano**, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

At.: Diretor Presidente
Endereço: Av. Roque Petroni Júnior, 850 - 14º andar, parte 1, Torre Jaceru
Jardim das Acacias
São Paulo - SP, 04707-000
E-mail: rj@renovaenergia.com.br

19. CESSÕES E SUB-ROGAÇÕES

- 19.1. **Cessão de Créditos.** Os **Credores** poderão ceder seus **Créditos** a outros **Credores** e a terceiros, e a cessão produzirá efeitos à **Recuperandas**, desde que devidamente notificadas.
- 19.2. **Sub-Rogações. Créditos Concursais** relativos ao direito de regresso contra as **Recuperandas**, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de créditos e/ou obrigações de qualquer natureza existentes, na **Data do Pedido de Recuperação Judicial**, contra as **Recuperandas**, serão pagos nos termos estabelecidos neste **Plano** para os referidos **Credores**.

20. LEI E FORO

- 20.1. **Lei Aplicável.** Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste **Plano** deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.
- 20.2. **Eleição de Foro.** Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este **Plano** e aos **Créditos Concursais** serão resolvidas (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de **Recuperação Judicial**; e (ii) pelo Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, após o encerramento do processo de **Recuperação Judicial**.
- 20.3. O **Plano** é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos das **Recuperandas**.

MARCELO JOSE
MILLIET:0386134
2863

Assinado de forma digital
por MARCELO JOSE
MILLIET:03861342863
Dados: 2020.07.06 15:27:16
-03'00'

São Paulo, 06 de julho de 2020.

GUSTAVO
HENRIQUE
SIMOES DOS
SANTOS

Assinado de forma digital
por GUSTAVO HENRIQUE
SIMOES DOS SANTOS
Dados: 2020.07.06
15:14:55 -03'00'

RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial

RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial

CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial

CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial

CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial

CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial

CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial

CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial

CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial

CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial

CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial

CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial

CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial

CE TINGUI S.A. em recuperação judicial

CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial

CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial

CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial

CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial

CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial

CE ICO S.A., em recuperação judicial

CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial

CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial

CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial
BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial
CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial
VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial
RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial
CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial
CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial
CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial
CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial
CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial
PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial

ANEXO 10.4

Lista de Projetos em Desenvolvimento.

- Projeto ARPOTI localizado no estado de PE/PB com potência estimada de 567 MW;
- Projeto BARRA localizado no estado de BA com potência estimada de 816 MW;
- Projeto BELAMADRE localizado no estado de PE com potência estimada de 222,6 MW;
- Projeto BETANIA localizado no estado de PE/PI com potência estimada de 451,2 MW;
- Projeto CACIMBAS localizado no estado de PB com potência estimada de 331,2 MW;
- Projeto CHAPECARI localizado no estado de RN com potência estimada de 369,6 MW;
- Projeto CROARANGA localizado no estado de CE com potência estimada de 307,2 MW;
- Projeto FACHEIRO II localizado no estado de RN com potência estimada de 552 MW;
- Projeto FACHEIRO III localizado no estado de RN com potência estimada de 254,4 MW;
- Projeto GRAUNA localizado no estado de BA com potência estimada de 662,4 MW;
- Projeto LABOCÓ localizado no estado de RN com potência estimada de 91,2 MW;
- Projeto MINA DE OURO FASE B (ASIII Fase B), localizado no estado da BA com potência estimada de 408 MW;
- Projeto MULATO localizado no estado de BA com potência estimada de 420 MW;
- Projeto SANTAPAPE II localizado no estado de RN/PB com potência estimada de 216 MW;
- Projeto SANTAPAPE IV localizado no estado de RN/PB com potência estimada de 297,6 MW;
- Projeto TUPAMAMA localizado no estado de PE com potência estimada de 460,8 MW

ANEXO 13.6**Termo de Liberação de Garantias**

[Local], [Data].

À

RENOVA ENERGIA S.A.

At.: [--]

[Endereço]

Email: [--]

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

At.: [--]

[Endereço]

Email: [--]

Ref.: Liberação de Garantias Fiduciárias.

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao [-----] ("Instrumento de Cessão Fiduciária"), firmado em [--], entre Renova Energia S.A. ("Renova Energia"), Chipley SP Participações S.A. ("Chipley") e [-----] ("Credor"), por meio do qual a Renova Energia cedeu fiduciariamente, em favor do Credor, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos quais a Renova Energia fizer jus em virtude de sua participação acionária na Chipley ("Dividendos").

A esse respeito, o Credor, na qualidade de credor fiduciário, vem, por meio deste Termo de Liberação de Garantia, de forma irrevogável e irretratável, liberar a garantia fiduciária constituída em seu favor pelo Instrumento de Cessão Fiduciária, de forma que os Dividendos se tornam, neste momento, livres e desembaraçados, podendo, a Renova Energia e a Chipley, dar a eles a destinação que melhor lhes convier, respeitadas as disposições do Plano de Recuperação

Judicial do Grupo Renova (“Plano”).

Este Termo de Liberação de Garantias será regido e interpretado de acordo com as regras constantes do Plano e com as leis da República Federativa do Brasil.

As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o competente para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Termo de Liberação de Garantias ou relacionadas a qualquer demanda ou inadimplemento de qualquer disposição deste Termo de Liberação de Garantias, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que este possa vir a ser

O presente instrumento é firmado em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Atenciosamente,

[-----]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo: